



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO.**

**HAITIANOS NO BRASIL, MEDIAÇÃO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA: O CASO
DOS FRIGORÍFICOS NO OESTE PARANAENSE.**

CARL ALAIN BIEN AIME.

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO.**

**HAITIANOS NO BRASIL, MEDIAÇÃO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA: O CASO
DOS FRIGORÍFICOS NO OESTE PARANAENSE.**

CARL ALAIN BIEN AIME.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Latino-Americano de Economia,
Sociedade E Política da Universidade Federal
da Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa

Foz do Iguaçu
2019

CARL ALAIN BIEN AIME

HAITIANOS NO BRASIL, MEDIAÇÃO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA: O CASO DOS FRIGORÍFICOS NO OESTE PARANAENSE.

.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade E Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa, UNILA.

Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira, UNILA.

Profa. Dra. Lorena Rodrigues Tavares de Freitas, UNILA.

Foz do Iguaçu, 04 de Julho de 2019.

AGRADECIMENTO (S)

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a minha mãe Aline Joseph, meu pai Nicolas Bien-Aime pelos seus grandes esforços comigo para eu conseguir chegar onde que eu estou hoje, a minha companheira Laura Andrea Cristian pelo seu apoio na realização desta pesquisa. Agradeço meu orientador, o professor Waldemir Rosa, por confiar em mim e por aceitar acompanhar-me nos últimos momentos da pesquisa, e, não só pela sua orientação, mas, sobretudo pelas suas considerações.

Agradeço também as professoras da banca examinadora, a professora Renata de Oliveira e a professora Lorena de Freiras pelas suas participações e contribuições. Além disso, agradeço a professora Juliana Guanais pelo seu apoio e sua orientação desde o início da pesquisa, o professor Renato Martins e todos os professores da UNILA que contribuíram de uma forma ou outra na minha formação acadêmica como internacionalista latino-americano.

BIEN-AIME, Carl-Alain. **HAITIANOS NO BRASIL, MEDIAÇÃO, TRABALHO E DEPENDÊNCIA: O CASO DOS FRIGORÍFICOS NO OESTE PARANAENSE**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso, abordamos o tema de trabalho na economia dependente. Interessa-nos, sobretudo, a investigação sobre a condição laboral dos trabalhadores haitianos nos frigoríficos na região Oeste do Paraná, para isso, foi preciso entender a sua chegada ao Brasil depois do ano de 2010; como se deu o processo desses haitianos que escolhem o país para migrar e trabalhar. Além disso, analisamos as agências de mediação como intermediário no processo de recrutamento e na inserção dos trabalhadores haitianos no setor da carne bovina. Dessa maneira, apesar do belo discurso sobre a presença da força de trabalho dos imigrantes no mercado brasileiro, entendemos, a condição em que se encontram esses trabalhadores haitianos nos frigoríficos se baseia na precarização e na superexploração do trabalho físico deles.

Palavras-chave: Imigração, Mediação, Trabalho, Dependência, Superexploração.

BIEN-AIME, Carl-Alain. **HAITIANS IN BRAZIL, MEDIATION, WORK AND DEPENDENCE: THE CASE OF FRIGORIFICERS IN WEST PARANAENSE**. 2019. Course Conclusion Paper in International Relations and Integration - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

In this paper, we cover the theme of work in the dependent economy. We are interested, above all, in the investigation of the working conditions of Haitian workers in the meatpackers in the western region of Paraná, so it was necessary to understand their arrival in Brazil after 2010; how was the process of those Haitians choosing the country to migrate. In addition, we analyzed mediation agencies as an intermediary in the process of recruitment and insertion of Haitian workers in the beef sector. Thus, despite the beautiful discourse about the presence of the immigrant workforce in the Brazilian market, we understand that the condition of these Haitian workers in the refrigerators based on the precariousness and overexploitation of their physical work.

Keywords: Immigration, Mediation, Work, Dependency, Overexploitation.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Linha de corte da carne

Fotografia 2 – Haitianos na espera de documentos na Polícia Federal no Acre.

Fotografia 3 – Trabalhadores haitianos no setor da pendura de frangos nos frigoríficos.

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	<u>9</u>
<u>2 CAPITALISMO GLOBALIZADO E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA DEPENDÊNCIA</u>	<u>17</u>
2.1 DEPENDÊNCIA, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUPERXEPLORAÇÃO	<u>22</u>
<u>3 A CHEGADA DOS HAITIANOS NO BRASIL DEPOIS DE 2010</u>	<u>29</u>
3.1 O TRÂMITE DA REGULAMENTAÇÃO DE DOCUMENTO NO BRASIL	<u>32</u>
<u>4 AGÊNCIAS DE MEDIAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS HAITIANOS NOS FRIGORÍFICOS: O CASO DO CENTRO DE APOIO</u>	<u>37</u>
4.1 O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE MEDIAÇÃO NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO DOS TRABALHADORES HAITIANOS	<u>40</u>
4.2 A ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMPREGOS: CONDIÇÕES DE TRABALHO E FRIGORÍFICOS	<u>42</u>
<u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>55</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>57</u>

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso apresentamos o conteúdo em quatro capítulos: no primeiro capítulo, incluindo esta parte da introdução, além de introduzir a pesquisa, apresentamos uma breve parte histórica do Haiti, descrevemos também a justificativa, metodologia e estrutura da mesma. No segundo capítulo, buscamos a entender os principais aspectos do capitalismo globalizado, bem como o mundo do trabalho no capitalismo dependente. No terceiro capítulo, analisamos o processo da chegada dos haitianos no Brasil a partir do ano de 2010 período em que chegaram em maior número no país, buscamos entender as suas trajetórias de vida uma vez que estão no país, além de compreender o trâmite da regulamentação de seus documentos como o protocolo ou registro nacional de estrangeiro, a carteira de trabalho e o Cadastro de Pessoas Físicas, que são considerados os principais documentos para ingressar o mercado laboral brasileiro. No capítulo quatro, descrevemos sobre o papel das agências de mediações no processo de recrutamento dos trabalhadores haitianos para sua inserção nos frigoríficos para depois entender as condições de trabalho dos mesmos na região Oeste do estado do Paraná. Para concluir, apresentam-se as considerações finais do trabalho e as referências bibliográficas.

Uma indagação pertinente é se perguntar quem são essas pessoas que estão vindos para o Brasil e onde fica o Haiti? O Haiti é localizado entre as ilhas do Caribe, o país cobre 27.560 quilômetros quadrados de terra e 190 quilômetros quadrados de água, com uma área total de 27.750 quilômetros quadrados. Depois da chegada das tropas de Cristóvão Colombo na Ilha de São Domingos, em 1492, em decorrência da disputa entre as potências colonialistas, a ilha se dividiu entre os colonos espanhóis e franceses. Deste período datam as chegadas dos primeiros africanos escravizados para trabalhar nas plantações de cana de açúcar. Após várias lutas e revoltas contra o sistema de escravidão, a ilha tornou-se um estado independente em 1804, com a Revolução Haitiana, ao ganhar sua soberania da França (JAMES, 2008).

Essa negação ao colonialismo é marcada pela súbita ruptura do apego à França: "anátema ao nome francês! Ódio eterno à França! Esse é o nosso grito", diz Jean Jacques Dessalines na proclamação da independência no dia 01 de janeiro de

1804 em Gonaïves, tornando o Haiti o segundo país no continente americano a conhecer a independência, a primeira república negra e a única revolta servil da história a ter sido bem-sucedida, um estado fundado por escravos e descendentes de escravos no meio de um mundo ainda escravista. O exemplo do Haiti gera um medo no sistema de escravidão em outros lugares da América na primeira metade do século XIX. Desde então, o país carrega consigo uma imagem sulfurosa, perigosa: a revolta de escravos foi percebida como um ato de barbárie (LOPEZ, 2018).

Entre os anos 1915 até 1934, Haiti teve a sua primeira ocupação internacional pós-independência, por parte das tropas dos Estados Unidos da América (EUA), em 28 de julho de 1915, os marines desembarcaram em Porto Príncipe sob o pretexto da instabilidade política do país: grupos armados invadiram Porto Príncipe no dia anterior, semeando anarquia e terror na capital, tendo assassinado o presidente cujo corpo foi violentamente mutilado. A ocupação militar torna-se apenas a tradução espacial de um controle efetivo das principais linhas da economia haitiana. Cento e onze anos após uma independência duramente conquistada, o país perde sua independência política depois de perder sua independência econômica. De 1934 até hoje, os Estados Unidos consideram o Haiti como um território sob seu controle, enviando tropas sob mandato da ONU, bem como embargo humanitário (LOPEZ, 2018).

Nos anos 1990, o país também conheceu um regime de ditadura militar com François Duvalier e Jean Claude Duvalier, o “Papa Doc” e “Baby Doc”, pai e filho. Papa Doc, se candidatou na eleição presidencial de 1957, durante o seu mandato, estabeleceu uma ditadura pessoal sem ideologia, seu poder baseado na corrupção e na repressão. Ele recebeu os plenos poderes em 1960 e nomeou presidente vitalício em 1964. Após sua morte em 1971, seu filho Jean-Claude, Baby Doc o sucede como presidente vitalício. Quando chegou ao poder em 1971, aos 19 anos, Jean-Claude Duvalier, assumiu o poder e deu continuidade ao legado do pai (LOPEZ, 2018).

Na década de 1970, quando as empresas capitalistas estadunidenses

procuraram por locais offshore¹, para sua indústria, o Haiti atraiu montadoras por seus baixos salários e falta de sindicatos laborais. A proximidade territorial dos Estados Unidos com o Haiti e as isenções fiscais permite a instalação de quase 300 fábricas. Este crescimento beneficiou apenas empresários estrangeiros e locais, enquanto a grande maioria dos haitianos nem sequer se beneficia das migalhas. Assim, teve por resultado um grande fluxo de emigração de intelectuais e mão de obra fugindo do país; os primeiros haitianos chegam à costa da Flórida em 1972 e o fluxo continua a crescer, vários milhares por mês no início dos anos 80 (LOPEZ, 2018).

A ditadura da família Duvalier deixou o país acabado, o Haiti sofreu a pior parte da crise dos anos 80 e um imenso caos político até os anos de 2004. A erupção das massas no cenário político sob a era Duvalier permitiu a organização de eleições livres em 1990 com ajuda da comunidade internacional (Estados Unidos, OEA, França, Canadá), no dia 16 de dezembro 1990 o padre Jean-Bertrand Aristide², sofreu dois golpes militares; o primeiro em 1991 e o segundo em 2004. Depois deste episódio, entrou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)³, em fevereiro 2004, com objetivo de restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência. (LOPEZ, 2018). Neste cenário entra o primeiro contato de forma concreta do povo haitiano com os soldados brasileiro e a cultura brasileira.

Segundo dados da diáspora haitiana, estimam-se aproximadamente 10% da população haitiana, ou seja, 1.009.400 haitianos tenham emigrado para países como Estados Unidos, Canada, França e recentemente o Brasil, enquanto outras fontes afirmam que a diáspora haitiana já teria passado a casa dos 3,0 milhões de emigrantes (HAITIAN DIASPORA, 2011). Além disso, os dados das pesquisas do Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal (CAVALCANTI; OLIVEIRA; ARAUJO; 2016) mostram que, entre o ano de 2010 e 2015, entraram pelas fronteiras brasileiras aproximadamente 72.406 haitianos. A maioria deles veio de “Port-au-Prince” ou outras províncias do Haiti principalmente Cap-Haitien, Gonaives,

¹ Offshore: designa uma empresa que tem a sua contabilidade num país distinto daquele (s) onde exerce a sua atividade.

² Primeiro presidente eleito democraticamente no Haiti.

³ Missão criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Aux Cayes, entre outras. Cruzando as fronteiras de outros países⁴, viajando durante semanas até chegar às fronteiras brasileiras, principalmente nos estados do Acre e Amazonas. Em outras situações, alguns tiveram a possibilidade de tiraram os seus vistos no consulado brasileiro em Port-au-Prince e conseguiram chegar com mais facilidade no país.

De acordo com o Handerson (2015) existem diversos mecanismos que contribuem para a vinda dos haitianos para Brasil nos últimos anos. O primeiro mecanismo que ele considerou foi o papel político e econômico do Brasil no cenário mundial no início dos anos 2000 e, ao mesmo tempo, o comando das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) em 2004. Um segundo elemento é a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro, principalmente nos dois mandatos do Presidente Lula entre 2003 e 2011, em relação aos haitianos, com a oferta de visto humanitário depois de 2010. Por fim, ele destaca a difusão de notícias entre os haitianos que vivem no país e fora do país de que o Governo brasileiro está incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na força de trabalho haitiana.

É importante mencionar que, num primeiro momento, aqueles que entraram pelas fronteiras iniciaram o processo de legalização dos documentos como refugiado, porém aqueles que não atendiam aos critérios do CONARE (Comitê Nacional para Refugiados)⁵ para concessão de refúgio no Brasil, tiveram suas solicitações indeferidas fazendo com que muitos permanecessem no Brasil de forma ilegal. Como resposta a tal situação, o CNIg (Conselho Nacional de Imigração) criou uma recomendação, junto ao Ministério de Trabalho, para conceder residência aos haitianos por razões humanitárias por meio de uma resolução normativa que facilitou, de certa forma, a inserção de haitianos no mercado de trabalho brasileiro (FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2012).

Em tal debate, é importante frisar que existem vários autores que descrevem as motivações e circunstâncias da chegada dos haitianos no Brasil tem sido tratado de diferentes maneiras ao longo destes últimos anos (BAENINGER, 2016; MAGALHÃES, 2017; HANDERSON, 2015; DE ALMEIDA, 2016; MARTINS,

⁴ Daremos mais detalhes sobre esses países e a rota dos imigrantes haitianos até chegar no Brasil.

⁵ CONARE Lei 9.474. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>

2014B). No caso desta pesquisa, não temos a intenção de entrar profundamente no debate da migração haitiana no Brasil, mas analisar a trajetória de vida deles e depois entender as suas condições laborais no país.

Segundo a estimativa do relatório de *World Employment and Social Outlook* (2015) os quarenta países (incluído o Brasil), que representam 85% do Produto Interno Bruto mundial, têm dois terços da força de trabalho mundial. Dito isso, estima-se o aumento do número de empregos em 157 milhões, ou 53%, entre os anos de 1995 e 2013, que, por sua vez, resulta num total de 453 milhões de empregos nas cadeias de abastecimento mundiais no final do período. Vale destacar também que, segundo o mesmo relatório, é difícil estimar precisamente a quantidade de emprego nas cadeias de abastecimento mundiais, justamente porque as estatísticas nacionais de emprego não distinguem as diferentes categorias de trabalhadores formais ou informais.

Raymundo (2015) indica que as migrações são deslocamentos de pessoas que se movimentam de um território onde estavam estabelecidas para um novo destino por vários motivos, como por exemplo, os conflitos sociais, expansão do capitalismo pela globalização e violação de direitos. Tais razões levam as pessoas a migrarem para buscar alternativas econômicas, melhores condições de vida e sobrevivência (RAYMUNDO, 2015). Tendo por base tal teoria, dois anos e meio após a tragédia de 2010 no Haiti, havia aproximadamente seis mil haitianos morando no Brasil, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, até 14 de março de 2014, a Embaixada em Porto Príncipe havia concedido 8.103 vistos permanentes especiais a cidadãos haitianos (MARTINS et al, 2014). O Conselho Nacional de Imigração (Cnig), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, coloca alguns dados sobre a concentração dos imigrantes haitianos no Brasil, sendo que do total 40% na Região Sul, 39% na região Norte e 21% na região Sudeste. Contudo, é importante mencionar que o fenômeno da imigração haitiana na região Oeste do Paraná em busca de trabalho está relacionado com as indústrias de frigoríficos. A inserção do Brasil no mercado frigorífico internacional, há muitos anos atrás, fez com que no estado do Paraná, um dos maiores produtores nacionais, funcionem frigoríficos que controlam marcas nacionalmente conhecidas (MARTINS, 2014).

Muitas vezes, as agências de mediação (centro de apoio), neste caso

estudado sobre a imigração, assumem uma dupla função. Por um lado, atuam no encaminhamento para o trabalho, desenvolvendo uma atividade que, na verdade, deveria ser exercida por instituições públicas, como, por exemplo, o Serviço Nacional de Emprego. Por outro lado, elas buscam regulamentar as relações de trabalho no objetivo de tentar evitar possíveis abusos contra esses trabalhadores imigrantes que elas recrutam. Quando seus direitos laborais não são respeitados, os trabalhadores costumam recorrer as tais agências para que seja tomada alguma providência (PRADO; COELHO, 2015).

O setor de proteína animal, os frigoríficos, é altamente globalizado e o Brasil é o maior exportador mundial de carne de bovina e de frango. Um negócio que movimenta alto valor por ano em exportações e que empregava mais de 1,5 milhões de trabalhadores em 2016, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado pelo portal de informação G1:

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo e esta produção é uma das principais atividades da economia brasileira. Em 2016, a receita atingiu os US\$ 5,3 bilhões. Em fazendas e frigoríficos, a pecuária de corte, como é conhecida a produção de carne, emprega 1,6 milhões de pessoas (G1, 2017).

Assim, podemos entender a grande necessidade do setor para contratação de forças de trabalho barata, o que aumenta o interesse das indústrias pelos imigrantes, no objetivo de cumprir as suas metas e demandas do mercado mundial. Além disso, a nova Divisão Internacional do Trabalho exige maior flexibilidade por parte do processo produtivo o que tem como resultado à precariedade dos vínculos trabalhistas com o prolongamento da jornada e a sua intensificação.

A partir destas colocações, propomos essa questão como problema de pesquisa: Qual é a condição laboral em que se encontram os trabalhadores haitianos nos frigoríficos no Oeste do Paraná entre os anos de 2010 e 2015? Desta forma, temos por objetivo geral da pesquisa analisar as condições de trabalho no capitalismo dependente. E, os objetivos específicos são: a) entender as principais características do capitalismo globalizado; b) analisar alguns aspectos presentes na realidade do trabalho no capitalismo dependente e sua aplicabilidade ao caso dos trabalhadores haitianos; c) analisar o processo da chegada dos haitianos depois de 2010; d) analisar o papel das agências de mediação.

Esse recorte temporal entre 2010 e 2015 foi escolhido justamente porque é o período da chegada massiva dos haitianos no Brasil, bem como as suas inserções no mercado laboral brasileiro nos frigoríficos do oeste paranaense. A pesquisa parte da hipótese de que, os trabalhadores haitianos nos frigoríficos analisados nesta pesquisa se encontram numa cadeia global de produção como toda classe trabalhadora latino-americana, portanto, os mesmos têm as suas próprias especificidades, as suas condições laborais são ainda mais precárias, além da exploração do trabalho físico e remuneração abaixo do seu valor.

A finalidade da uma pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas uma análise interpretativa, no que se refere aos dados obtidos. “Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.224).

O presente TCC é caracterizado por uma forte interação entre pesquisa teórica e trabalho de campo, no que se refere à primeira, é importante dizer que, foram lidas e sistematizadas não somente as obras que se dedicaram à análise dos principais aspectos do capitalismo globalizado, mas também as obras que trataram sobre os fatores da dependência e a superexploração de trabalho em nossa região. Assim, como suporte teórico nesta pesquisa, apresentamos alguns aspectos da teoria da dependência que expressa à ideia de que o desenvolvimento dos países periféricos “dependentes” está submetido pelo desenvolvimento de outros países “avançados”.

Marini (1973), na dialética de dependência, destaca sobre a integração dos países latino-americanos ao mercado mundial e os aspectos das trocas desiguais, que o século XVI era o momento da expansão comercial do capitalismo nascente e desde aquele momento a América Latina cumpriu um papel fundamental neste processo pelo aumento do fluxo de mercadorias que permitisse o desenvolvimento do capital comercial e bancário nos países Europeus. O que significa que as relações de troca entre os países da América Latina e a Europa proporcionam o caminho para criação das grandes indústrias europeias. Assim, a dependência se desenvolve nos “laços que ligam a economia latino-americana com

a economia capitalista mundial” (MARINI, 2000). Por tanto, a acumulação interna de capital, com base na superexploração da força de trabalho, é o que constitui a essência da dependência latino-americana. Para ele a consequência desta dependência é gerar mais dependência e sua superação requer a supressão das relações de produção nela envolvida.

Tendo por base alguns autores – como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, esses autores recém-mencionados, articularem a inserção de países periféricos dentro da análise do mercado internacional com os processos de acumulação de capital devido à realidade interna do país. Além disso, apresenta-se um diálogo teórico com o intuito de analisar a condição do trabalho no capitalismo dependente, mostrando inicialmente, as especificidades que sustentam e caracterizam essa dependência, além de analisar os fundamentos da superexploração do trabalho.

Já no que se refere à pesquisa de campo, como haitiano morando no Brasil há mais de quatro anos, trabalhador e estudante, muitos dos dados empíricos apresentados no TCC são oriundos da minha experiência laboral em centro do apoio aos imigrantes, bem como entrevistas pelo telefone com alguns colegas haitianos, além das informações recolhidas durante o meu diário de campo e leituras de páginas de notícias na internet.

2 OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA DEPENDÊNCIA E O CAPITALISMO GLOBAL

Neste capítulo do trabalho apresentaremos um debate sobre alguns aspectos do capitalismo globalizado, em especial a crise do sistema e a dependência. Sabemos que o debate sobre o sistema capitalista global e a dependência é estudado por diversos autores e de correntes teóricas distintos. Não temos por intenção detalhar de forma profunda tal debate, mas apresentar de forma resumida a perspectivas teórica dos principais autores da teoria de dependência.

De acordo com os estudos de Molina (2011), na sua discussão sobre o novo capitalismo globalizado, o autor destaca que a globalização pode ser entendida tendo por base quatro grandes processos, que ainda estão em curso. A primeira é a intensificação do fluxo internacional de comércio desde a metade dos anos 1970, a segunda é a desregulamentação e internacionalização dos fluxos financeiros ao longo dos anos 1980, em terceiro a revolução tecnológica no processamento e transmissão de informações, e, por fim, o crescente investimento externo por parte de empresas multinacionais. Assim, o que ocorreu no processo da globalização é uma redefinição das relações entre o centro e a periferia, onde a diferença entre algum país pode aumentar em função de sua maior especialização produtiva conforme a nova lógica da produção transnacional. “Neste sentido, cada país tenderia a conservar e até aprofundar certas características específicas, de acordo com sua modalidade de inserção no sistema produtivo mundial” (MOLINA, 2011, p.39-40).

De acordo com o sociólogo Wallerstein (2003), o capitalismo mundial está em crise, ou em sua nova fase ascendente, que seria o início do seu período de crise terminal. Assim, ele descreve que haveria uma tendência a alto custo de produção para o capital e, portanto, uma redução de sua remuneração, devido a três fatores principais. Primeiramente, uma crescente dificuldade do capital na sua estratégia de transferir investimentos para áreas na periferia, com a finalidade de encontrar trabalhadores dispostos a aceitar salários relativamente reduzidos, pelo menos nas ocupações mais qualificadas. Em segundo lugar, um crescente custo para os insumos, em razão do esgotamento ecológico promovido pela exploração econômica predatória. E, por fim, um crescente custo que ele atribui à democratização, ou seja, um aumento progressivo de gastos estatais com elevação

dos impostos, cuidados em saúde, educação e exigências salariais dos trabalhadores.

Immanuel Wallerstein (2004), ao abordar o sistema-mundo, destaca que o mesmo se baseia na divisão inter-regional e transnacional do trabalho e se resulta na divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos. Ele destaca que os países “centrais” são considerados “desenvolvidos” dentro da economia mundial, enquanto os países em desenvolvimento constituem a periferia ou a semiperiferia. Os países “periféricos” são os países “subdesenvolvidos” onde ocorrem atrasos nos processos industriais comparativamente aos países centrais. O subdesenvolvimento dos países do hemisfério sul se deve à sua posição na estrutura da ordem econômica internacional, uma dependência que expressa de certa forma a subordinação, no sentido de que o desenvolvimento desses países periféricos está submetido pelo desenvolvimento dos países centrais. Assim, os subdesenvolvidos devem ser aptos para prosseguir e entrar no processo de desenvolvimento capitalista para sua inserção no capitalismo mundial (WALLERSTEIN, 2004).

Por sua vez, Bambirra (2012) compreende as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial e assim explica a profunda crise que pela qual o sistema passa na atualidade. Assim, ela propõe um método partindo das características gerais do que poderia ser definido como conjunto de sociedades capitalistas dependentes, justificando que a integração dos países da nossa região ao sistema capitalista mundial, no século XIX, só poderia ter se fundamentado como economias primárias exportadoras. Deste modo, não se pode analisar o processo de reprodução do sistema capitalista dependente sem vincular com o sistema capitalista mundial, Bambirra (1979) destaca assim que

[...] no se puede analizar el proceso de reproducción del sistema capitalista dependiente desvinculado del sistema capitalista mundial sencillamente porque la reproducción dependiente del sistema pasa por el exterior, es decir, en un primer momento los sectores I (bienes de producción) y II (bienes de consumo manufacturados) están en el exterior, luego, con el desarrollo del proceso de industrialización, el sector II se desarrolla en el seno de varias de las economías latinoamericanas pero el sector I no; para que el sistema se reproduzca tiene que importar maquinaria. A partir de los años cincuenta el sector I empieza a ser instalado en América Latina (en algunos casos antes) pero sigue dependiendo, para su funcionamiento propio y expansión, de maquinaria extranjera. Esta maquinaria, a partir de este periodo, no llega como mercancía-maquinaria sino como capital

maquinaria, es decir, bajo la forma de inversiones directas extranjeras. Esta es la especificidad de la reproducción dependiente del sistema: la acumulación de capitales pasa por el exterior a través de la importación de maquinaria; luego, cuando ésta empieza a ser producida internamente – sólo en algunos países y con muchas limitaciones pues los sectores de punta, como electrónica, energía nuclear, etcétera, son monopolios de los países más desarrollados –, está controlada directamente por grupos extranjeros, y si bien ya empieza a suplir las necesidades de máquinas del sector II – que por cierto también pasa a ser controlado en gran parte por el capital extranjero – sigue dependiendo de la maquinaria capital del sector I de los países capitalistas desarrollados (BAMBIRRA, 1979, p. 28-29).

Neste sentido, dentro do marco geral das economias exportadoras, alguns países da América Latina obtiveram a independência antes que outros e instalaram regimes políticos diferentes. Alguns países atravessaram longas guerras civis e conflitos bélicos regionais que destroçaram suas economias, enquanto outros começaram a desenvolver avanços indústrias no final do século XIX. “Esses fatores são considerados essenciais para entender as possibilidades estruturais que se concretizaram no interior do marco geral da dependência” (BAMBIRRA, 2012, p. 41).

E no caso, as classes dominantes latino-americanas têm um papel fundamental nessa dependência, dado que uma penetração de capitais, a ser concretizada, dependia de uma série de decisões políticas e legais que permitissem sua realização. Nas próprias palavras da autora:

Na fase de integração monopolista mundial que tem lugar um aprofundamento da dependência política, o qual está vinculado ao domínio do capital estrangeiro de setores chaves das economias latino-americanas, na medida em que as tomadas de decisões mais cruciais passam a ter no capital estrangeiro seu ponto de referência básico, devendo, nesse sentido, ser por ele referendadas (BAMBIRRA, 1979, p. 106-107)⁶.

E continuar dizendo:

[...] institucionalização de um processo de desnacionalização, de super-exploração da economia nacional e submissão à dominação estrangeira, assumida nas classes dominantes locais, controladores do funcionamento do sistema por seus representantes políticos um alto grau de submissão aos interesses do imperialismo (BAMBIRRA, 1979, p. 107).

Além disso, para a autora, essa dependência consiste na exploração de um país mais desenvolvido sobre outros menos desenvolvidos, “em busca do controle de parte substancial de seus mercados, através de exportações e investimento em setores econômicos básicos de recursos naturais ou de instalação de indústrias, o que suporia certo domínio político e militar por parte do país subimperialista”

⁶ Tradução minha do Espanhol para Português.

(BAMBIRRA, 2012, p. 218).

Na perspectiva do Theotônio Dos Santos (1973), a dependência é entendida como um fenômeno externo à nossa realidade, uma espécie de força exógena, que se introduzia a partir do exterior e imposta. Além disso, ele aponta que a situação de dependência em que vivemos dentro do sistema capitalista mundial condiciona as estruturas internas de nossos países, tornando-as dependentes em sua própria formação. Para o autor, a dependência está muito ligada a mecanismos internos de funcionamento de nossas sociedades e por isso, existem formações socioeconômicas específicas dentro do sistema mundial capitalista. Neste sentido, a dependência é entendida a partir dos seguintes aspectos,

[...] En primer lugar, debemos caracterizar la dependencia como una situación condicionante. La dependencia es una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella. La relación de interdependencia establecida por dos o más economías, y por estas y el comercio mundial, adopta la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y auto impulsarse, en tanto que otros (los dependientes) solo pueden hacerlo como reflejo de esa expansión, que puede influir positiva y/o negativamente en su desarrollo inmediato (DOS SANTOS, 1973, p. 42).

Além disso, o autor continua dizendo que

[...] la dependencia condiciona cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las diferentes economías nacionales. En este sentido, podemos decir que esas economías nacionales, si bien no condicionan las relaciones de dependencia en general, delimitan sus posibilidades de expansión, o, mejor dicho, las redefinen en el plano de su funcionamiento concreto (DOS SANTOS, 1973, p. 44).

Dos Santos destaca que

[...] Un tercer aspecto, fundamental para comprender la dependencia, se refiere a la articulación necesaria entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los que dominan en las sociedades dependientes. La dominación 'externa' es impracticable, por principio. La dominación solo es posible cuando halla apoyo en los sectores nacionales que obtienen beneficios de ella. [...] Al señalar la correspondencia necesaria entre los intereses de la dominación y los de los 'dominadores dominados' (de ahí el carácter concreto de las clases dominantes en los países dependientes) mostramos que, pese a la existencia de conflictos internos entre esos intereses dominantes, estos son intereses fundamentalmente comunes. [...] El concepto de compromiso, o de combinación de los distintos intereses que configuran la situación de dependencia, es un elemento fundamental para elaborar una teoría de la dependencia (DOS SANTOS, 1973, p. 46).

Nesta última análise, o autor se refere sobre os interesses dominantes nos centros hegemônicos e os que dominam nas sociedades dependentes (os capitalistas, donos de indústrias), essa dominação é possível com o apoio dos setores nacionais que são beneficiados pela mesma.

Nesta mesma análise, para Marini (1973), no início do século XIX com a revolução industrial, novos países começam a articular diretamente com a metrópole inglesa e, neste fato, os países latino-americanos começam a produzir e exportar bens primários, em troca de produtos manufaturados de consumo. A partir desse momento, as relações de trocas entre a América Latina e os países capitalistas centrais na Europa, se inserem dentro da divisão internacional do trabalho numa estrutura de dependência. Essa relação é entendida, de acordo com Marini (1973), como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujo marco as relações de produção, das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Marini (1973) ressalta que as relações internacionais da América Latina desempenham um papel fundamental da economia capitalista mundial entre os séculos XVI, XVII e, sobretudo, em XVIII com o descobrimento do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês. No entanto, a articulação dos países latino-americanos se consolida ao longo do século XIX justamente com o surgimento da grande indústria moderna. É a partir deste momento que a dependência é entendida como relação de subordinação entre nações independentes, cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas para garantir a manutenção da dependência. Além disso, é importante colocar que a Europa não teria condição de se industrializar os produtos agrícolas que vieram da América Latina, o que permitiu que a parte da sociedade europeia pudesse se especializar nas atividades industriais. Os países latino-americanos criaram oferta mundial de alimentos e se inseriram na economia internacional capitalista a partir da oferta de matéria prima para os países europeus. Assim, pode-se considerar que América latina contribuiu na acumulação da economia industrial dos países europeus e, este fato, tem base numa maior exploração do trabalhador (MARINI, 1973).

No tocante ao debate sobre a inserção da América Latina na economia capitalista e o segredo da troca desigual, Marini (1973) explica que

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho (MARINI, 1973, p.115).

Na continuação desta mesma análise, o mesmo autor indica que

A relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens salário. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, portanto, à desvalorização dos bens salário, para o que contribui em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho (MARINI, 1973 p.116)

América Latina permite a Europa à passagem da mais-valia absoluta (prolongamento da jornada além do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do trabalhador) para mais-valia relativa, por meio de incorporação de bens-salário no mercado mundial, segundo a lógica do valor da força de trabalho do trabalhador de acordo com o Marx, como foi mencionado anteriormente, isso significa baratear os meios de subsistências da classe trabalhadora europeia e, consecutivamente, o valor da força de trabalho. Em outras palavras, com a divisão internacional do trabalho, a América Latina era responsável para exportar matéria prima para os países centrais, isso possibilitou a classe trabalhadora europeia a se especializar nos produtos manufaturados com a introdução das máquinas na esfera de produção na Europa no século 18. Neste sentido, a troca desigual faz com que os países latino-americanos transfiram valor e recebem materiais manufaturados que tinham menos valor. (MARINI, 1973).

2.1 A DEPENDÊNCIA, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A SUPEXPLORAÇÃO.

É importante frisar que no capitalismo dependente, para o capitalista aumentar a massa de valor produzido, é necessário aprofundar a exploração da força de trabalho, seja com o aumento da intensidade do trabalho ou com o prolongamento da sua jornada de trabalho. Neste contexto, América latina teve um papel fundamental no incremento da taxa da mais-valia dos países industriais

europeus através do mecanismo de compensação no nível da produção interna (MARINI, 1973).

A autora Juliana Guanais (2016) enfatiza que, com a dependência, os países da periferia não procuram corrigir o desequilíbrio entre o preço e o valor de suas mercadorias exportadas, já que isso implicaria um esforço para o aumento da capacidade produtiva. Desta forma, para se contrapor a tais transferências os países dependentes recorrem a superexploração do trabalho é um mecanismo de compensação utilizado pelos capitalistas latino americanos, para compensar as perdas geradas pelas transferências de valor e mais-valor para os países centrais. Nesta mesma colocação a autora coloca:

Dada a dificuldade para aumentar a capacidade produtiva do trabalho, os capitalistas dos países dependentes passaram a explorar extensiva e intensivamente cada vez mais os trabalhadores com vistas a aumentar a massa de valor e a mais-valia produzida. É neste momento de sua análise que Marini (1973) chega à superexploração do trabalho, entendida por ele como um mecanismo de compensação que opera na esfera produtiva dos países dependentes utilizado pelos capitalistas desses países para compensar as perdas geradas devido às transferências de valor e de mais-valia para os países centrais (GUANAIS, 2016, p. 231).

No entanto, é importante ressaltar que não precisa haver um intercâmbio desigual para recorrer a superexploração do trabalho. Nesta mesma análise Marini (1973) coloca:

Por outro lado, não é estritamente necessário que exista uma troca desigual, de modo que os mecanismos de extração de mais-valia acima mencionados comecem a funcionar; O simples fato da ligação com o mercado mundial, e a consequente conversão da produção de valores de uso em valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato um desejo de lucro que se torna ainda mais desenfreado quanto mais atrasado for. o modo de produção existente (...) O efeito da troca desigual é na medida em que coloca obstáculos à sua plena satisfação para exacerbar esse desejo de lucro e, assim, aperfeiçoar os métodos de extração do trabalho excedente (MARINI, 1973 p. 1250, grifo nosso).

Neste sentido, o fato da vinculação ao mercado mundial, e a consequente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca, têm como resultado imediato um desejo de lucro que se torna ainda mais desenfreada quanto mais atrasado é o modo de produção existente.

Assim, no sistema capitalista de produção, as formas de sociabilidade são produzidas a partir do fato “da alienação humana frente aos meios, aos processos e aos resultados do trabalho, não cabe ao trabalhador reger ou definir as condições de

uso da força de trabalho, vendida como mercadoria e mobilizada em função dos interesses e necessidades econômicas dos compradores” (CÊA; MORUFUSE, 2010, p.3). Nesta mesma lógica, os autores Garcia e Valencia (1980) enfatizam sobre a forma como funciona a produção da mais-valia relativa e a mais-valia absoluta no regime da produção capitalista, bem como os seus fundamentos. Os autores colocam que

Quando a produção da mais-valia relativa é erigida com um regime da produção capitalista, não exclua, nem muito menos, a produção da mais-valia absoluta e é aqui se faz entender a afirmação de Marx: Desde certo ponto de vista, a distinção entre a mais-valia absoluta e relativa pode parecer puramente ilusória. A mais-valia relativa é absoluta em quanto condiciona o prolongamento absoluto da jornada de trabalho, depois de cobrir o tempo de trabalho necessário para existência do trabalhador e a mais-valia absoluta é relativa em quanto se traduz num desenvolvimento da produtividade do trabalho que permite limitar o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada (GARCIA; VALENCIA, 1980, p.12).

E eles continuam:

A mais valia relativa tem dois métodos fundamentais: a intensificação da força de trabalho e a produtividade do trabalho. Na realidade, esses métodos não se dão por separados, se não, combinados (...). Tanto a intensificação do trabalho, como o prolongamento da jornada se traduzem num aumento da massa de mais-valia logrado, não através de uma maior capacidade produtiva, mas de uma maior exploração do trabalhador (GARCIA; VALENCIA, 1980, p. 14-15).

De acordo com a colocação dos autores, os dois métodos fundamentais da exploração da mais-valia relativa são: a intensificação da força de trabalho do trabalhador e o aumento da produtividade do trabalho. Assim, podemos aproveitar a indicação para a análise sobre o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho dos trabalhadores haitianos no Brasil. O aumento da capacidade produtiva do trabalhador tem que ver necessariamente com uma mudança na base técnica do processo de trabalho por meio de qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria. “Este trabalho adquire uma potência maior e por tanto uma capacidade mais alta de transformação de valores de uso” (GARCIA; VALENCIA, 1980, p.16).

Neste sentido, os dois mecanismos de extração da mais-valia, a intensificação e prolongamento, consistem numa maior exploração do trabalhador, e no caso, “existe um terceiro elemento que consiste em reduzir o fundo do consumo do trabalhador mais além de seus limites normais, logrando converter parte do fundo de consumo (destinada à reposição da força de trabalho do trabalhador) numa fonte

de acumulação de capital” (GARCIA; VALENCIA, 1980, p18).

Outro aspecto importante para destacar aqui é o debate sobre o prolongamento da jornada de trabalho, Guanais (2018), no seu artigo “Salario por pieza y superexplotación del trabajo”, faz uma análise sobre o prolongamento da jornada dos cortadores de cana de açúcar brasileiro. Em sua análise o prolongamento do dia do trabalhador, coloca-se assim:

No caso da primeira situação, a partir das observações no local foi possível perceber que mesmo tendo a pausa de uma hora para o almoço e dois intervalos de descanso de dez minutos (o que deve ser feito de manhã e à tarde), muita trabalhadores rurais não obedeceram àqueles momentos de parada. Especialmente quando se trata de almoço, muitos cortadores de cana optaram por almoçar em poucos minutos para retornar o mais rápido possível para a sua atividade. As pausas são quebradas, bem como desestimuladas pelos supervisores do grupo, também muitas vezes eles não são pagos pela central, contrariando o que está previsto na lei - e cortadores de cana obra "correndo" porque eles estão cientes de que cada minuto desempregado representa uma diminuição em seu salário já baixo. Também não podemos esquecer que quanto mais eles suspendem sua atividade, mais difícil será para atingir a média diária - extremamente alta - e, não alcançando, o risco de demissão é enorme, como dissemos antes. [...]. Outra forma de prolongamento do dia ocorre através do trabalho aos domingos e feriados. Inicialmente, é necessário deixar claro que os cortadores de ambas as plantas investigaram o trabalho de segunda a sábado, tendo domingos e feriados como os únicos dias de franqueza e descanso. No entanto, apesar disso, as duas centrais "convidam" os cortadores de cana a trabalhar também naqueles dias e oferecem algumas "vantagens" àqueles que aceitam seu "convite"... Também deve ser notado aqui que, independentemente da forma pela qual a extensão do dia é dada, a razão é sempre a mesma: a tentativa, pelos trabalhadores, de aumentar seu escasso salário (GUANAIS, 2018, p. 8).

Partindo dessas colocações, para entender um pouco sobre a condição de trabalho em nosso subcontinente na contemporaneidade, segundo os dados da OIT, nos países em vias de desenvolvimento, os trabalhadores migrantes se encontram frequentemente em condição precárias de emprego. E ainda, de acordo com Antunes (2014), historicamente, além das mulheres e os negros, o trabalhador imigrante tem sido atingido massivamente pela precarização de trabalho.

De acordo com a OIT, as cadeias de abastecimento mundiais forneceram novas oportunidades de emprego assalariado às mulheres, aos jovens e aos imigrantes nas economias emergentes e em desenvolvimento. Por outro, essas cadeias de abastecimento mundiais proporcionam os níveis de desemprego, da pobreza e um aumento do trabalho precário que têm um impacto direto nas relações de produção. O primeiro parágrafo do preâmbulo Declaração da Organização

Internacional de Trabalho (2008) sobre Justiça Social para uma Globalização Justa se encontram as seguintes frases:

...por um lado, o processo de cooperação e integração económicas tem ajudado vários países a atingir elevadas taxas de crescimento económico e criação de emprego, a integrar muitos dos pobres das zonas rurais na economia urbana moderna, bem como na prossecução das suas metas de desenvolvimento, promoção da inovação no desenvolvimento de produtos de circulação de ideias; por outro lado, a integração económica à escala mundial colocou muitos países e setores perante importantes desafios como as desigualdades de rendimentos, persistência de elevados níveis de desemprego e pobreza, vulnerabilidade das economias aos choques externos e aumento do trabalho precário e da economia informal, os quais têm um impacto na relação de trabalho e na proteção que a mesma pode proporcionar (OIT, 2008).

De acordo com essa colocação, pode ser entender as principais contradições existentes nas cadeias de abastecimento mundiais para o mundo do trabalho, bem como seus impactos para os trabalhadores. Assim, os países com as economias emergentes são o principal motor de criação de emprego, e isso gera uma forte pressão para responder as demandas externas. Mesmo sendo difícil o acesso aos dados confiáveis sobre os níveis salariais dos trabalhadores que participam nas cadeias de abastecimento mundiais, sempre está presente a preocupação sobre existência de baixos salários.

Sobre o tempo da jornada do trabalho, nas cadeias de abastecimento mundiais é comum que os horários de trabalho excedem muitas vezes o limite de 48 horas semanais estabelecido pela Organização Internacional de Trabalho na Convenção sobre a Duração do Trabalho (Indústria) 1919 (n.º 1), e a Convenção sobre as Horas de Trabalho (Comércio e Escritórios), 1930 (n.º 30). E por fim, não tem acesso de fazer uma comparação sobre a qualidade dos respectivos empregos dentro e fora nas cadeias de abastecimento mundiais.

Blanpain (2015) coloca que os direitos laborais nas cadeias de abastecimento mundiais têm grandes lacunas. Em vários países latino-americanos não se aplicam as leis de proteção ao imigrante dentro da cadeia produção nacional, ou seja, não se aplicam em matéria de iniciativas políticas e de responsabilidades das partes envolvidas. Neste mesmo sentido, os trabalhadores migrantes muitas vezes são os mais afetados por baixos salários, longas horas de trabalho, sem período de descanso, até mesmo férias anuais.

De acordo com Gordon (2015) sobre processo de recrutamento global de trabalho, ele destaca sobre as estratégias de organização das cadeias de abastecimento têm aumentadas recentemente no objetivo de criar soluções para os problemas das condições de trabalho nessas cadeias da força de trabalho onde participem agentes de recrutamento, rede de subcontratantes e etc. Portanto, vale lembrar que o aumento nos fluxos de trabalhadores migrantes que atravessam as fronteiras na escala global tem por resultado um aumento nas condições precárias de trabalho.

Mamed (2015) faz a referência da força de trabalho haitiana nas suas análises como “barata e qualificada”, justamente em pensar da tradição de têxtil no país, exemplo das zonas francas haitianas. As zonas francas são indústrias estrangeiras localizadas em várias cidades no Haiti que empregam trabalhadores haitianos com um salário de menos de quatro dólares por dia. A autora coloca esses elementos para explicar o interesse do governo brasileiro junto aos empresários pela contratação dos migrantes haitianos, e a forma como é feita a sua inserção no mercado laboral brasileiro. Ela indica que também que o processo de recrutamento é realizado de forma desorganizada pelas empresas no Centro-Sul brasileiro. E, durante a contratação, normalmente eles selecionavam os imigrantes “com melhores perfis e condições como homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização” (MAMED, 2015, p.52).

Foto 01- Linha de corte da carne



Fonte: Gazeta do povo⁷

⁷ Disponível em: <http://www.agronovas.com.br/maior-frigorifico-do-brasil/>. Acesso em: 05/06/2018.

Retomando a análise anterior sobre a condição laboral nos frigoríficos, é importante relatar a existência de uma prática corrente nos frigoríficos, na região do Paraná que é o estabelecimento de contratos de produção entre as empresas. Independentemente do tamanho e da posição do frigorífico na economia do setor, as empresas nivelam os procedimentos e níveis de exigência da produção, a partir dos requisitos e imposições da empresa contratante. Neste sentido, o trabalho nos frigoríficos combina diferentes estratégias de aceleração da produção e de aumento da produtividade, “contribui decisivamente para a ocorrência de incontáveis casos de acidentes e adoecimento nos espaços laborais, de forma que, qualquer trabalhador, independentemente do setor de atuação na linha de produção, tem sua condição de saúde ameaçada” (CÊA; MORUFUSE, 2010, p.6).

Desta maneira, para um melhor entendimento sobre o tema das condições laborais nos frigoríficos oestes do Paraná, no próximo capítulo será discutido a chegada dos haitianos para o Brasil depois dos anos de 2010 justamente para entender melhor o processo de documentação deles no país, qual é o papel das agências de mediação no recrutamento deles.

3 A CHEGADA DOS HAITIANOS NO BRASIL DEPOIS DE 2010.

Neste capítulo, analisamos o processo da chegada dos imigrantes haitianos no Brasil, para, em seguida, nos debruçarmos no que se refere à busca pelo emprego principalmente na cidade de São Paulo. Como havia mencionado na introdução, não temos por objetivo entrar no debate sobre a migração dos haitianos para o Brasil, contudo, trazemos algumas informações sobre a chegada deles no Brasil. Tais informações são por onde eles entraram? Vieram sozinhos ou em família? Quais as condições de viagem de forma regular e irregular? E questões relativas ao perfil desses imigrantes, se eles são homens, mulheres, solteiros ou casados?

O século XIX foi o início da imigração dos povos europeus para o Brasil, principalmente os Italianos, em seguida os espanhóis e alemães. Já no início do século XX, se aumenta bastante o fluxo migratório do povo Asiático, em particular os japoneses e sírio-libaneses (IBGE, 2000). No final da década de 1940, o Brasil recebeu mais de quatro milhões de imigrantes, alguns devido às guerras e outros buscavam uma nova vida. Com a globalização no início do século XXI, os processos de migrações na contemporaneidade não se limitam ao deslocamento entre “norte” e “sul”, ou, “centro” e “periferia”, portanto, intensificam-se o rompimento das fronteiras nacionais para construir novas identidades. De acordo com Martins (2014), relacionando migração e o mercado laboral dos frigoríficos do Oeste do Paraná, inicia que

A migração haitiana veio a calhar para os empresários do setor. No princípio os haitianos foram buscados no Acre, por onde a maioria deles ingressou no Brasil. Posteriormente, tendo se estabelecido no município de Cascavel, os próprios haitianos passaram a chamar amigos e parentes em razão da oferta de emprego nos frigoríficos. Atualmente, cerca de 3 mil deles vivem em Cascavel. Não é exagero afirmar que eles fazem parte de um exército mundial de trabalhadores da indústria da alimentação, e que Cascavel se converteu no elo de uma cadeia produtiva global, cujo produto é exportado para mais de 150 países (MARTINS, José et al, 2014) [grifo nosso].

Martins (2014) faz referência à cidade de Cascavel (PR) onde foi realizada sua pesquisa, no entanto, é importante ressaltar que não há grande diferença comparativamente as outras cidades do oeste do Paraná.

Sobre a origem e o trajeto percorrido pelos imigrantes haitianos para chegar ao país, os resultados da pesquisa da Fernandes et al. (2014) se resume

através desses dados, num total de 275 homens e 65 mulheres entrevistados:

No momento da entrevista foi solicitado aos haitianos que fizessem a descrição do trajeto indicando as dificuldades que apareceram. Por se tratar de levantamento realizado em parceria com as instituições que acolhem esses imigrantes, a maior parte dos entrevistados (52,6%) saiu do Haiti em 2013, seguidos por aqueles que partiram em 2012 (21,2%). O número dos entrevistados que saíram do país antes do terremoto é muito reduzido (1,8%). Quando foi perguntado qual o país de partida da emigração para o Brasil, 87,1% declararam ser o Haiti, e 10,0% indicaram a República Dominicana, o restante apontou algum país da América do Sul. Dentre aqueles que indicaram o Haiti, 35,4% informaram residir em Gonaïves, 25,1% em Porto Príncipe, 7,3% em Saint Marc, e 5,95% em Cap Haïtien (FERNANDES et al. 2014, p. 48).

O autor continua:

Ao serem demandados sobre os problemas que tiveram no trajeto até o Brasil, 43,8% dos haitianos afirmaram ter tido algum tipo de dificuldade no caminho. Vários são os depoimentos que incluem desde a discriminação e o cansaço pela extenuante jornada até relatos de roubos. Dentre os que declararam ter encontrado algum problema, 69,7% os tiveram com as autoridades de migração, seguidos daqueles que tiveram problemas com os habitantes locais, que somam 20,6%. Dificuldades com policiais e companheiros de viagem foram reportadas, respectivamente, por 4,9% e 4,8% dos entrevistados que responderam a essa questão. Ao se observar o tipo de problema encontrado pelos imigrantes, constatou-se que o mais importante foi aquele relacionando ao roubo de dinheiro no trajeto, que aconteceu em 56,2% dos casos relatados (FERNANDES et al. 2014, p. 57).

Existem muitas dificuldades encontradas pelos haitianos ao longo desta trajetória, além dos casos de violência, discriminação, cansaço e roubo do dinheiro deles no caminho, dependendo da região de partida no Haiti o tempo de viagem até ao Brasil pode ser variado. Alguns fizeram o trajeto entre 15 até 90 dias cruzando as fronteiras da República Dominicana, viajando até o Equador, passando pelo Peru até chegar no Brasil.

Outros dados relevam informações sobre o perfil dos haitianos no país, com base nos registros da Polícia Federal e o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – Sincere/PF. Segundo Fernandes e Faria (2016), os dados apontam para uma população com a maioria entre 23 a 35 anos, solteiros, sendo homens em maior quantidade, justificado pela dificuldade e o perigo da viagem desde a saída do Haiti, tendo que cruzar as fronteiras de ônibus e caminhada até chegar ao Brasil, situação que vulnerabiliza as mulheres a risco de morte e à violência sexual. Portanto, vale destacar que a quantidade das mulheres haitianas no Brasil tem aumentado desde 2015, um fato que pode indicar um processo de reunificação familiar (FERNANDES; FARIA, 2016).

Segundo Baeninger e Peres (2017) o número de haitianos homens que entraram no Brasil entre o ano 2010 e 2015, registrados nas fronteiras eram comparativamente superior ao de mulheres. Com base no Sistema de Tráfego Internacional, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança. Isso se justifica pelo fato de que é mais comum homens solteiros, do que mulheres solteiras, nesta trajetória de migração. De acordo com a mesma pesquisa, tem-se uma predominância da entrada das mulheres haitianas por aeroportos, uma viagem mais segura e com menos dificuldade para chegar ao país. Assim o autor aponta que

A distribuição da imigração de mulheres haitianas por status conjugal, de acordo com os registros do Sincro, aponta que 25% das mulheres que entraram no Brasil, entre 2010 e 2015, são casadas e outras 70% são solteiras, sendo que para os homens a proporção de solteiros é de 76%. Considerando-se que a imigração haitiana, tanto para homens como para mulheres, concentra-se na faixa de 20 a 34 anos, os dados sugerem que as mulheres haitianas não vêm ao Brasil no papel exclusivo de cônjuges ou de filhas (BAENINGER; PERES, 2017, p. 134).

Esses dados são considerados importantes para entender o perfil dos haitianos e haitianas no Brasil neste período, a quantidade de haitianas no país era bem menor e com o tempo as pesquisas vão demonstrar que houve um crescimento significativo justamente conforme os homens solteiros vão se casando e optem pela reunificação familiar.

O número de vistos concedidos em 2012 pelo Consulado do Brasil em Porto Príncipe foi de 1.200, mais 182 relativos à reunificação familiar, o que levou a um total de 1.382 vistos concedidos. Para o autor, a participação das mulheres no país não ultrapassa 20,0% do total segundo sua pesquisa sobre perfil da imigração haitiano no Brasil. O número de homens entrevistados foi de 275 (81,0%), e das mulheres, 65 (19,0%). Ela destaca que independente do sexo dos entrevistados todos estavam, no momento da entrevista, em idade ativa. Portanto, as mulheres apresentam uma estrutura etária mais jovem, com média de idade de 28,4 anos, e os homens, de 30,6 anos (FERNANDES et. al, 2014). Ainda segundo a mesma pesquisa, com relação ao estado civil dos seus entrevistados 50,8% das mulheres e 63,3% dos homens declararam ser solteiros. Apenas 15,4% das mulheres declararam ser casadas e entre os homens esse percentual é de 21,1%. Normalmente, as mulheres haitianas estão inseridas nos restaurantes, hotéis e

supermercado.

3.1 O TRÂMITE DA REGULAMENTAÇÃO DE DOCUMENTO NO BRASIL

O início do ano de 2012 era marcado pela chegada massiva de imigrantes de vários países para o Brasil, principalmente em Brasília, no estado do Acre, e Tabatinga, no Amazonas. Nesta lista, além de pessoas vindas do Haiti, temos migrantes oriundos da República Democrática do Congo, de Angola, do Senegal, da Líbia, da Síria, da Bolívia, entre outros. No caso dos haitianos, os estudos de Costa (2016) e Mamed (2016) relatam sobre o fluxo de chegada às fronteiras brasileiras, no ano de 2013, levou, em menos de um mês, à capital amazonense cerca de 2.000 haitianos e outros 1.000 ao Acre. No ano de 2014 a chegada de haitianos via Tabatinga – AM diminui um pouco. Os dados da Pastoral responsável pela recepção de alguns deles na cidade, indicam que 788 haitianos entraram pelo Manaus para depois procurar trabalho em outras cidades (COSTA, 2015) (MAMED, 2016). Além disso, de acordo com os dados da pesquisa feita por Baeninger (2017), entre os anos de 2010 e 2016 o registro de entrada pelos aeroportos internacionais corresponde em 40.650 imigrantes haitianos, sendo o aeroporto de Guarulhos recebido 27.092 pessoas das entradas por aeroportos, depois, os aeroportos internacionais de Porto Alegre receberam 4.142 pessoas, Rio de Janeiro 3.377, Manaus 2.848, Belo Horizonte 1.925 e Brasília 1.266 (BAENINGER, 2016).

De acordo com os dados do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em 2015, o governo brasileiro começou a se posicionar a favor de uma política migratória com menos rigidez para acolher a força de trabalho de imigrantes e refugiados no país. Assim, teve um alto fluxo de imigrantes haitianos, sírios, libanês e dos diversos países africanos. Estes imigrantes têm como principal rota terrestre de entrada no Brasil a fronteira entre Bolívia e Brasil e depois se dispersam, conforme as demandas/possibilidades de emprego para as grandes cidades brasileiras como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba. Várias Organizações Não-Governamentais - ONGs e entidades religiosas no país se juntaram para procurar forma atender certas demandas dos imigrantes recém-chegados. No caso, a maioria dos imigrantes ou refugiados, uma vez chegados ao

Brasil, antes mesmo de comparecer aos órgãos governamentais responsáveis na regulamentação de documentos para estrangeiro procuram algumas instituições ou ONGs para poder acompanhá-lo nesta nova etapa de vida.

Geralmente, o imigrante sai no seu país de origem; cruza o continente e fronteiras para poder chegar ao Brasil. Uma vez no país ele precisa procurar as instituições responsáveis para regularizar a sua situação, e, por exemplo, ter um CPF, um protocolo provisório “Registro Nacional de Estrangeiro” e uma carteira de trabalho que são os documentos necessários para um estrangeiro conseguir trabalhar no país. Este processo é demorado e tem regras específicas para seguir. Outro elemento é que, às vezes, cada instituição ou órgão público está em lugares distante uma da outra, o que dificulta o acesso de quem ainda não conhece a cidade e tem dificuldades com o idioma. Além disso, nem todos os imigrantes têm acesso a esses documentos perante a lei, ou seja, alguns sempre permaneçam irregulares durante um tempo até encontrar uma solução. A falta de documentação no país pode prejudicar muito o imigrante “irregular” justamente porque o mesmo terá dificuldades na hora de conseguir um emprego formal. Portanto, por outro lado, isso não impede o imigrante “irregular” a fazer “um bico” ou trabalhar como *freelance* em algumas empresas. Assim, a vantagem passa ser do dono da empresa porque possibilita absorver essa força de trabalho barata sem as burocracias das normas do Ministério do trabalho e sem que ele tenha que pagar os benefícios e os direitos dos empregados sem documentação. No caso, muitos imigrantes “irregulares” preferem trabalhar como autônomos, como o caso de muitos senegaleses que são vendedores ambulantes ou têm pequenas lojas. A jornalista Gabriela Bazzo, no ano de 2018 para o Portal G1, fez uma matéria sobre a questão de documentação com alguns senegaleses.

Ao pedir o refúgio no Brasil, o solicitante recebe um protocolo que permite a emissão de documentos como CPF, cartão de saúde e carteira de trabalho. Até que seu pedido seja avaliado e julgado, ele fica legalmente no Brasil, inclusive com a possibilidade de trabalhar. A espera pode passar dos dois anos, pois a análise é feita caso a caso e a fila, atualmente, é de cerca de 86 mil pedidos [...] O pedido de refúgio de um dos entrevistados acabou negado, porque sua vinda para o Brasil se deu por motivos econômicos, e não pela definição clássica do refúgio: aquele motivado por “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas (BAZZO, 2018).

O exemplo de um Senegalês entrevistado por Gabriela Bazzo, que, mesmo

em situação irregular, era mestre de obras, ou seja, trabalhou de forma irregular e hoje é dono do seu próprio negócio em São Paulo, onde vive com a família. Nessa condição, os trabalhadores irregulares se encontram em situação muito precária comparativamente dos trabalhadores “regulares” justamente por não possuem um estatuto legal não têm direito a trabalhar com carteira assinada e receber os benefícios garantidos por lei.

A regularização de documento de um imigrante ou refugiado que chega ao Brasil depende de diversos fatores e do país de origem. Ou seja, depende da sua nacionalidade e do acordo bilateral que existe entre o país de origem e o Brasil que determinará se ele terá ou não terá direito ou acesso a ter alguns tipos de estatuto como refugiado, residente, permanente, acolhida humanitária ou situação irregular no país.

Fotografia 02: Haitianos na espera de documentos na Polícia Federal



Fonte: Repórter da Agência Brasil. Foto: Alexandre Lima (2011)⁸.

Num primeiro momento, alguns imigrantes haitianos que cruzavam a fronteira brasileira através do Acre solicitavam refúgio, portanto, essas solicitações não eram enviadas para o Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), mas sim para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, um processo que torna automaticamente os haitianos recém-chegados em trabalhadores imigrantes no Brasil. Assim, os trabalhadores haitianos

⁸ Disponível em: <https://www.oaltoacre.com/governo-federal-acaba-com-limite-de-concessao-de-vistos-a-haitianos/>. Acesso em: 05/06/2019.

se inserem na categoria dos portadores de visto humanitário, também chamado de acolhida humanitária, justificado pelo motivo de desastre ambiental causado pelo terremoto de janeiro de 2010. Segundo as informações disponíveis na página da Polícia Federal na internet, conforme Art. 36º da nova lei da migração, Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017, o visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao

[...] nacional da República do Haiti e o apátrida que residia no Haiti, que tenham ingressado no Brasil até a data da publicação da referida Portaria (09/04/2018), poderão apresentar requerimento de autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal. O prazo de residência previsto no caput será de dois anos. [...]. Ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário (POLICIA FEDERAL, 2017).

Outra possibilidade é o solicitante de refúgio, que é o mais frequente entre os africanos (angolano e congolês), os libaneses e os sírios por motivos de conflitos, vítimas de guerras e violação dos direitos humanos. Eles são os principais refugiados que vivem no Brasil. Segundo as informações disponíveis da Polícia Federal conforme Art. 1º da Lei Nº 9.474/1997, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Polícia Federal, Online)⁹.

Além disso, é importante colocar que para fazer o pedido de refúgio no Brasil, a pessoa precisa estar em território nacional. Assim, a qualquer momento depois da sua chegada ao Brasil, o migrante interessado deve procurar uma unidade da Polícia Federal para formalizar o pedido de refúgio. Em alguns casos, o estatuto de residente é obtido depois de ser aprovado o pedido de refúgio entre um período de seis (6) até dois (2) anos. Já no caso do estatuto de permanência é para aquele que já possui o estatuto de residente e quer permanecer no país por mais de dez

⁹ Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/refugio>. Acesso em: 10 nov. 2018.

anos. Pode ter também o estatuto permanente se existe algum acordo diplomático entre o país de origem do imigrante e o Brasil.

Conforme Mamed (2015), no estudo sobre os haitianos no Acre, cerca de 21 mil haitianos que chegaram ao país após 2010, 18 mil teria entrado pela região da Amazônia Ocidental, especialmente pelo estado do Acre, até março de 2014, ou seja, são haitianos que chegam ao país pela fronteira de forma irregular. Neste caso, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, em relação entrada dos haitianos, seja de forma regular ou irregular, até 14 de março de 2014, a Embaixada em Porto Príncipe havia concedido cerca de oito mil vistos permanentes especiais a cidadãos haitianos, uma medida de segurança e de regularização do processo migratório e para facilitar a entrada no país. Nesta colocação, a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2014) destaca o seguinte:

O fluxo migratório do Haiti ao Brasil tem assumido proporções muito maiores das que haviam sido previstas inicialmente, quando o país iniciou a abrir canais regulares para a entrada e permanência de haitianos e a regularizar a condição migratória de quantos entravam de forma irregular. A intensidade do fluxo traz consigo também uma diversidade de população, por exemplo, crianças desacompanhadas ou mulheres grávidas, que amplia a complexidade do fenômeno. Além de esconder formas de contrabando de migrantes e riscos de tráfico de pessoas, o fluxo tão intenso por vias irregulares tem criado tensões sociais e políticas na fronteira norte. Com o passar do tempo, a imigração haitiana está exigindo também para os que entram pelos aeroportos, especialmente por Guarulhos, a implementação dos serviços oferecidos aos que chegam ao Brasil de forma irregular; o que deve facilitar e agilizar a inserção dos haitianos no mercado do trabalho (OIM, 2014, p. 112-113).

Dentro desse processo de regulamentar a entrada dos haitianos para facilitar e agilizar a inserção da força de trabalho haitiana no mercado de trabalho brasileiro, a quantidade de trabalhadores haitianos aumenta cada vez mais.

Assim, para dar continuidade ao tema da regulamentação de documento dos haitianos, faremos uma análise mais detalhadas sobre as agências de mediação, com um caso bem específico de um centro de apoio. Além disso, iremos analisar as condições de trabalhos dos trabalhadores haitianos nos frigoríficos.

4 AS AGÊNCIAS DE MEDIAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS HAITIANOS NOS FRIGORÍFICOS: O CASO DO CENTRO DE APOIO¹⁰

Neste capítulo do trabalho, apresentamos brevemente perspectivas distintas de alguns autores do termo mediação/agência para facilitar o entendimento sobre o uso do mesmo no contexto da imigração. Além disso, discutimos o papel do centro de apoio na contratação e inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado laboral brasileiro, principalmente em nosso caso analisado nos frigoríficos. Desta maneira, as condições de trabalho em que se encontram os trabalhadores haitianos nos frigoríficos na região oeste do estado Paraná.

A utilização do termo “mediação” se vincula frequentemente com a ideia do intermediário. De acordo com Lalande (1993, p.656), a mediação vem do adjetivo inglês “mediate”, como também uma vinculação com o francês “médiation” onde se originou o substantivo “médiation” e seus derivados, como *intermediation* e “intermediação”, em português. Em nosso caso, faz-se a utilização do termo “agência de mediação” para se referir à “agência intermediária” que tem um papel fundamental na circulação das informações sobre vagas de emprego e no processo de recrutamento entre os imigrantes haitianos e as empresas que os contratam, ou seja, a agência ou instituição responsável pela essa conexão ou interligação.

Neves (1998), por sua vez, indica outra perspectiva para entender ou pensar o processo de mediação. Para ele a mediação é como um processo de articulação, elaboração ou objetivação entre diversas proposições. Nas próprias palavras do autor:

A mediação como fenômeno sociológico. Correntemente o termo mediação alude à conciliação diante de divergências de outrem com objetivo de propor o acordo ou o compromisso. Portanto, refere-se à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas. Equivalente à institucionalização de um sistema de regas destina a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração (NEVES, 1998, p. 151, grifo nosso).

Tendo por base tal colocação, pode-se entender ou compreender as diferentes formas em que se atuam os processos de mediação. Para o autor, a mediação como fenômeno social, alude à conciliação diante de divergências de

¹⁰ Nome fictício utilizado para proteger a identidade da instituição.

outrem com objetivo de propor um acordo ou um compromisso.

Nas situações por mim consideradas como bases empíricas para elaboração destas reflexões, o exercício de mediação se faz presente num contexto onde a ordem instituída deve ser questionada. Onde o reconhecimento do direito de reivindicar a reordenação social, conforme interesse específico deve ser internalizado por aqueles antes encurralados em posições marginalizadas e liminares. Este exercício de mediação viabiliza o questionamento de determinadas formas de dominação econômica, política e simbólica, reproduzida inclusive pelo reconhecimento da diversidade cultural sustentada numa perspectiva etnocêntrica (NEVES, 1998, p.152).

Nesta mesma perspectiva, o exercício de mediação para o autor pode ser também compreendido “a partir do conjunto de ideias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades sociais” (NEVES, 1998, p.160).

Já na perspectiva da autora Heloisa Valente com a chegada do fluxo de imigrantes no país, na ausência de algumas instituições estatais, passa a serem inauguradas várias “agências de mediação”, também nomeado de centros de apoio para os imigrantes na cidade de São Paulo cada com seus objetivos e o seu modo de funcionamento. Em São Paulo a mediação entre os haitianos e os empregadores é realizado por intermédios, como destaca Heloísa Valente:

Em São Paulo, a Missão Paz (da Paróquia Nossa Senhora da Paz) é uma das que tem esse papel. Por lá eles ficam alojados, participam de palestras e cursos de língua portuguesa e obtém ajuda para conseguir emprego. De acordo com a assessoria do local, há dois anos o setor que mais contratava essa mão de obra era o da construção civil. Mas, atualmente, a demanda tem sido para frigoríficos, serviços gerais e restaurantes (VALENTE, 2017).

No caso da nossa pesquisa, analisando o caso dos haitianos em São Paulo, na ausência de alternativas para o acolhimento dos imigrantes na cidade, sobretudo aqueles em situação de maior vulnerabilidade no momento, que não tem apoio da familiar ou de um amigo, o centro de acolhimento pode ser considerado como uma saída e ajuda os imigrantes na realização das tarefas tais como o preenchimento dos formulários *online* no site da Polícia Federal, realizar a solicitação de refúgio, pedido de residência temporária e agendamento de horário para eles se apresentarem aos órgãos públicos para retirada de documentos.

O autor Silva (2017) coloca nos seguintes termos as agências de acolhidas ou “mediação” em seu trabalho de articulação entre os trabalhadores

imigrantes e as empresas.

Contudo, onde tais políticas não existem, o ônus da acolhida recai sobre igrejas e organizações não governamentais que, apesar de todo esforço e dedicação, acabam fazendo o papel de mediadoras entre o mercado de trabalho e os imigrantes, tentando “disciplinar” a relação entre capital e trabalho. Um exemplo disso é o que se faz na Missão Paz em São Paulo, onde os empregadores que lá vão contratar algum trabalhador (a) devem assinar um “termo de conduta”, comprometendo-se a cumprir a legislação trabalhista brasileira, o que nem sempre acontece. Do imigrante espera-se que ele aprenda alguns códigos culturais e tenha algum domínio da língua portuguesa para comunicar-se com o novo contexto. [...]. Nesta queda de braço sobre as responsabilidades do acolhimento aos imigrantes em São Paulo, foi criado em 2014 no bairro da Bela Vista, pela Prefeitura paulistana, um novo espaço denominado Crai-SP (Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes). Este centro funciona em parceria com o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) e, segundo a Coordenação de Políticas para Migrantes, é o primeiro equipamento público destinado aos imigrantes, reunindo serviços de acolhida, apoio psicológico, assistência social, orientação jurídica, formação e orientação especializada (SILVA, 2017, p.109)

Com a quantidade massiva de imigrantes a busca de trabalho em São Paulo o centro se juntou com suas parcerias, governamentais e não governamentais, para facilitar a inserção da força de trabalho dos imigrantes no mercado brasileiro. O centro era financiado com recursos de uma ONG voltado para apoiar os imigrantes recém-chegados na cidade e com a parceria da prefeitura de São Paulo que dava o local e alguns materiais de escritório.

O centro de apoio, como uma agência de mediação, tem assistência ao migrante para o setor do atendimento com objetivo de dar apoio com a obtenção de documentos, encaminhamento para Polícia Federal, oferta de cursos gratuitos, divulgação de vagas de trabalho e apoio no processo de contratação pelas empresas que tem parceria com o centro, além de acompanhamento jurídico e psicológico. Entre novembro de 2014 a novembro de 2015, de acordo um relatório anual do centro¹¹, não existia uma política nacional para a população imigrante que estabeleça ações e programas para o recebimento e inclusão na sociedade. :

Apesar disso, no município de São Paulo, desde 2013 há uma política municipal em construção e implementação. No que se refere à articulação entre as diferentes esferas de governo, da mesma forma não há diretrizes estabelecidas. Apesar disso, algumas parcerias têm sido feitas especificamente com o governo federal, em 2014, a Prefeitura afirmou seu papel de vanguarda ao inaugurar o Centro de Referência e Acolhida para

11

Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/crai/ Acesso em: 10 nov. 2018.

Imigrantes (CRAI), primeiro equipamento público destinado aos imigrantes e que reúne serviços de acolhida, apoio psicológico, assistência social, orientação jurídica, formação e orientação especializada a imigrantes que conta com o envolvimento do Ministério da Justiça, e articulações com o Ministério do Trabalho e Emprego no que concerne à descentralização da emissão da Carteira de Trabalho para os imigrantes (CRAI e Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), 2015, grifo nosso).

Além disso, é importante mencionar que desde a abertura do centro de apoio e com a divulgação dos perfis e currículos dos imigrantes, o setor é responsável pela contratação dos trabalhadores haitianos em São Paulo, bem como junto às empresas que tem parcerias com o centro, a busca de trabalho tem aumentado. No caso, depois de ser atendido, o centro de apoio faz o registro do trabalhador que provavelmente será chamado para futura entrevista de emprego. Uma vez tendo o perfil procurado pelas empresas, o coordenador do processo seletivo no centro de apoio entrará em contato com o imigrante para auxiliar no agendamento das entrevistas.

4.1 O PAPEL FUNDAMENTAL DO CENTRO DE APOIO NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO DOS TRABALHADORES HAITIANOS.

Na primeira semana de abertura do centro, foram oferecidos ao público migrantes aulas gratuitas de Português e curso de capacitação laboral¹² junto ao CAT (Centro de Apoio ao Trabalhador) em São Paulo. Com o tempo, com a demanda aumentando, devido às pessoas recém-chegadas ao país e na maioria dos casos não fala ainda o Português, muitas pessoas passaram a procurar o centro para fazer o curso de português e outros cursos de capacitação oferecidos com a parceria do PRONATEC com o objetivo de se prepararem melhor para o mercado de trabalho. Os cursos geralmente oferecidos são os de Construção Civil, técnico em Turismo, computação e web, gastronomia, costura e confecção de roupas, (Relatório Centro de apoio, 2014/2015).

O setor do atendimento é o primeiro lugar aonde chegam os imigrantes. O atendimento é feito por um dos atendentes encarregado de realizar o cadastrado do imigrante. Sempre que preciso o imigrante pode ser encaminhado para outros setores como acolhimento, jurídico ou psicológico. Sobre o atendimento jurídico é

¹² Curso de capacitação profissional: eletricidade de prédio, industrial, pandearia etc...

importante ressaltar que no centro tem uma advogada que trabalha em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), são realizados atendimentos semanais e gratuitos. O processo de atendimento é necessário para conhecer melhor o perfil dos entrevistados e das entrevistadas justamente para poder ajuda-los melhor, bem como para digitalizar essas informações no banco de dados do centro para o relatório anual dos imigrantes atendidos e atendidas. Isso gera uma facilidade tanto para a coordenação do centro, bem como para as empresas que têm interesse em recrutar um imigrante, no momento da seleção para uma vaga (Relatório Centro de apoio, 2014/2015).

Durante a pesquisa foi perceptível que o critério de seleção das empresas varia de um setor para outro. No ramo de zeladoria e manutenção de prédio dos grandes condomínios fechados na capital de São Paulo, por exemplo, as empresas têm interesse em contratar homens entre os 25 até 35 anos principalmente que vivem em família, ou com a esposa ou namorada sem filho. Segundo o representante desta empresa, a lógica é que o trabalhador permanecer no prédio durante o maior período de tempo possível, sem motivos de saída.

A entrevista, ou processo seletivo, é realizado no auditório do centro de apoio com alguns representantes das empresas, vindo de outras cidades muitas vezes, o coordenador do centro e às vezes um atendente para ajudar na tradução. O processo seletivo demora em torno de quatro horas e normalmente os trabalhadores selecionados devem ser aptos a viajar para a sede da empresa no dia seguinte. Esse caso aparece principalmente com as empresas no setor agroindustrial de produção de aves, os “frigoríficos”, os critérios requeridos na seleção baseiam-se em características tais como ser homem ter entre 20 e 28 anos, forte, que gosta de trabalhar, está disponível para viajar a trabalhar em outros estados e ter escolaridade fundamental ou médio, não exige o conhecimento técnico nem de idiomas porque somente será necessário que aprendam a manobrar as máquinas.

As agências de mediação têm várias parcerias com grandes redes de empresas na cidade de São Paulo, bem como outras cidades brasileiras. Assim, eles sempre têm retorno positivo de empresários que tinham contratado um imigrante pelo centro de apoio. Assim, várias empresas, em todas as regiões no país, se interessam na força de trabalho barata desses imigrantes e buscam o centro para

negociar e contratar alguns imigrantes. Tive a oportunidade de participar em algumas reuniões entre empresas parceiras e a coordenação do centro, normalmente os assuntos discutidos são as informações sobre as vagas disponíveis, salários e benefícios oferecidos, além das exigências dos empregadores como o perfil procurando e critérios de seleção. “O imigrante é um bom trabalhador, ele não fala muito no posto de trabalho, não reclama igual o brasileiro, e é disposto a fazer hora extra”, disse um responsável de RH de uma empresa numa reunião com a coordenação do centro de apoio em privado.

Em suma, nós vemos várias colocações sobre as agências de mediação no processo de colocação do trabalhador migrante no mercado de trabalho brasileiro, bem como a importância que tem as agências no momento de recrutamento dos trabalhadores haitianos, “um papel de facilitador deste processo”. Além disso, elas possuem parcerias com várias empresas em vários estados do Brasil que tem interesses em recrutar um imigrante, porque o mesmo é nomeado como “um bom trabalhador” aquele que não reclama, como o brasileiro. Com base destas informações, podemos ver que o centro de apoio pesquisado tem esse perfil de mediador no processo de recrutamento dos melhores perfis desejados pelas empresas, o “bom trabalhador”.

4.2 ANÁLISES DAS PROPOSTAS DE EMPREGOS: CONDIÇÕES DE TRABALHO E FRIGORÍFICOS.

Marx (2013) destaca que, sem o trabalho assalariado, não existe capital, e, apenas o trabalho do trabalhador é produtor de valor e que o lucro do capitalista vem da mais-valia, que é a parte do trabalho do trabalhador que não é pago em salários. Além disso, pode-se entender como no processo de valorização no sistema capitalista, a apropriação pelo capital do valor criado pela força de trabalho na esfera de produção, é designada pelo valor que excede o próprio valor da força de trabalho. Neste sentido, para o capitalista tanto faz se o trabalho apropriado é realizado pelo trabalho do jardineiro ou pelo mecânico, qualquer que seja a diferença entre ambos, o importante é a segunda porção de trabalho, o tempo de trabalho excedente, que o trabalhador tem que repõe além do valor de sua própria força de trabalho, o tempo

de trabalho necessário, que gera a mais-valia (MARX, 2013).

No caso específico da pesquisa, temos, por exemplo, os imigrantes haitianos viajando dias ou semanas até chegar aos centros urbanos do Sudeste e do Sul do Brasil, lugares onde as promessas de emprego eram maiores. Os dados da Pastoral do Migrante de Manaus apontam que desde o ano de 2012, “foram encaminhados vários haitianos para o trabalho saindo de Manaus para outros estados brasileiros, sendo o Paraná o Estado que mais recebeu trabalhadores, seguido pelo Rio Grande do Sul” (COSTA, 2016, p. 41). A maioria das empresas da região Sul do país, que contratam os imigrantes em São Paulo ou outras cidades fronteiriças, enviam os seus representantes para realizar as entrevistas sempre disponibilizam ônibus para transportar os trabalhadores migrantes até a região ou local de trabalho após a contratação. Como muitas vezes eles não têm família na região para onde está indo para trabalhar, e nem terá condição às vezes de pagar o primeiro mês de aluguel, muitas vezes utilizam-se promessas enganosas por parte de algumas empresas sobre oferecer alojamento coletivo sem custo para os trabalhadores, uma forma de aumentar os seus interesses para o trabalho (SILVA, 2015).

Silva (2015) aponta algumas informações que corroboram os resultados obtidos no seu trabalho sobre esse período da busca do primeiro emprego pelos haitianos no Brasil, sobre as dificuldades e a necessidade da mediação para facilitar suas trajetórias no país.

Já na busca do primeiro emprego, as redes familiares parecem ter tido menor incidência, isto porque os recém-chegados ainda não dominavam os códigos culturais e as exigências do mercado de trabalho locais, fazendo-se necessária a mediação de instituições, como é o caso da Pastoral do Migrante e de outras ONGs não confessionais, que foram fundamentais para encaminhá-los para o primeiro emprego, bem como para facilitar suas trajetórias pelo Brasil. Os números captados na pesquisa sobre esta questão parecem também modestos, pois apenas 28 entrevistados apontaram a mediação da Pastoral para a inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2017, p. 105).

Neste sentido, o imigrante recém-chegado tem uma grande preocupação em se manter no país e ajudar a família que muitas vezes deixou para trás. Assim, na necessidade de buscar trabalho, a mediação de um centro é um dos fatores mais relevantes para sua inserção no mercado de trabalho. Nesta análise sobre o trabalhador assalariado e a sua necessidade de negociar sua força de trabalho

como uma mercadoria comum no mercado de trabalho, Santana (2013) relata o seguinte:

O trabalhador livre e assalariado precisa negociar sua força de trabalho como uma mercadoria comum, suscetível às intempéries do mercado de trabalho. O salário é o pagamento realizado pelo capitalista ao trabalhador em função do valor da sua força de trabalho. Sendo mercadoria, a capacidade de trabalho que o indivíduo possui carrega consigo a tensão própria da forma valor e sua unidade antitética de valor de uso e valor de troca. Como valor de uso, ela tem qualidades específicas para executar um certo tipo de trabalho. Já como valor de troca, ela tem um preço, que fica à mercê das oscilações do mercado e das características da acumulação de capital no ramo de produção em que atua (SANTANA, 2013, p.28, grifo nosso).

Cerqueira (2009) coloca que existe uma situação peculiar na análise da necessidade de sobrevivência desses trabalhadores haitianos e um compromisso para ajudar a família que deixou atrás. Além disso, “muitas vezes tem pouco domínio do português e um desconhecimento de seus direitos e da legislação brasileira, isso faz com que eles tolerem às vezes piores condições de trabalho a que são submetidos” (CERQUEIRA, 2009, p. 25). Além disso, para Antunes (2010) o imigrante haitiano, uma vez que chega ao Brasil, não se preocupa sobre o tipo de trabalho que fará ou até mesmo com a questão do salário, neste momento entre o desespero e a incerteza, surge à aceitação de qualquer tipo de emprego, daí começa o processo da precarização de trabalho. No caso, o imigrante acaba por desempenhar funções que exigem menor qualificação mesmo ele tendo uma formação técnica ou profissional. Ou ele faz parte do exército de trabalhador ativo ou ele faz parte do exército de reserva (ANTUNES, 2010).

Além disso, para Baeninger e Peres (2017), desde a chegada dos imigrantes haitianos e haitianas no Brasil, os mesmos foram convertidos quase que automaticamente em imigrantes trabalhadores com carteira de trabalho. Nesse contexto, os vínculos formais de trabalho ampliaram-se de 508, em 2011, para 23.017, em 2014. No entanto, tal formalização não exclui a precarização de suas condições de trabalho, como veremos mais adiante.

Santana (2013), ao fazer uma análise sobre o padrão das relações de trabalho assalariado e como o mesmo se estruturou depois da segunda guerra nos países dependente, relata a forma como a substituição do mercado de trabalho regulamentado no modelo anterior pela flexibilidade e desregulamentação da força

de trabalho tem impactos negativos para os trabalhadores. Um fator que causou o crescimento do desemprego, bem como o exército industrial de reserva nos últimos anos, assim, ele coloca que:

[...] padrão formal de relações de trabalho assalariado que se estruturou no pós-guerra, inclusive em países com nível de industrialização intermediária e dependente, vem sendo substituído por um mercado de trabalho marcado pela desregulamentação e pela flexibilidade no padrão de uso e de remuneração da força de trabalho. Este resultado é facilitado pelo crescimento espantoso das taxas de desemprego e pela recomposição mundial do exército industrial de reserva ao longo das últimas décadas... A configuração do sujeito coletivo de trabalho alterou-se substancialmente com a entrada em cena de novas exigências e desafios para a sobrevivência dos trabalhadores: o aprendizado de novas tecnologias, a precarização das relações de trabalho, assim como a extensão das jornadas de trabalho e a intensificação das mesmas impelidas, contraditoriamente, pelo avanço da própria maquinaria. Para a grande maioria daqueles que vivem do trabalho, o avanço das forças produtivas representa um aumento do grau de exploração de sua força de trabalho, não exclusivamente pela via da mais-valia relativa, mas, sobretudo, da combinação desta com a mais-valia absoluta (SANTANA, 2013, p.117).

De acordo com isso, nós vemos como essas alterações vieram com novas exigências e desafios para a sobrevivência da classe trabalhadora.

Um estudo de caso sobre as primeiras contrações de trabalhadores haitianos em São Paulo, tendo por base as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTPS), indica que, em 2012, no município de Santa Bárbara d'Oeste, três trabalhadores haitianos apresentaram Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. Nos anos seguintes, esse número de vínculos aumentou, em 2013 eram 23 contratos e em 2014 eram 44 contratos, somando 70 vínculos empregatícios de trabalhadores haitianos acumulados no período (FERRAZ; DE OLIVEIRA, 2016). Na cidade de São Paulo, os imigrantes haitianos são admitidos nos setores da construção civil como serventes de obra, em supermercado, no ramo da alimentação e restaurantes, no caso dos homens. Já para as mulheres haitianas, elas ocupam vagas de ajudante de cozinha ou cozinheiras em restaurantes e faxineiras em estabelecimentos terciários. Já em outras regiões como Curitiba e outras cidades do Paraná eles são contratados principalmente no setor de carne bovino nos frigoríficos (BAENINGER, 2016).

No Portal de Notícias R7, foi publicado no dia 20 de outubro de 2014, uma matéria intitulada "Haitianos são selecionados em São Paulo para trabalhar no Paraná" onde se destaca:

“[...] CAT (Centro de Apoio ao Trabalho) realiza, nesta sexta-feira (24), uma seleção de 45 haitianos que serão contratados pela empresa Agro Industrial Parati, de Umuarama, no Paraná”. O cargo disponível é o de auxiliar de produção com salário de R\$ 970 e benefícios. A empresa já havia selecionado trabalhadores haitianos para fazer parte de seu quadro. [...] A empresa, que atua no ramo frigorífico, oferecerá aos selecionados dois meses de alojamento e alimentação. Para ajudar no processo seletivo, o CAT terá um intérprete. O Centro de Apoio ao Trabalho (CAT), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), finalizou hoje, 24, a seleção de 45 haitianos que irão trabalhar na empresa Agroindustrial Parati, de Umuarama, no Paraná. A empresa, que atua no ramo frigorífico, passa a contar, com essa seleção, com cerca de 100 funcionários do Haiti em seu quadro e pretende voltar à Capital para selecionar mais 30 pessoas. (Notícias R7, 2014).

A questão laboral dos imigrantes tem suas próprias categorias, e, não é por acaso que o sociólogo brasileiro Antunes (2014) coloca:

[...] exemplo dos imigrantes talvez seja o mais exacerbado, dessa tendência estrutura à precarização do trabalho: com o enorme incremento do novo proletariado informal, do subproletariado fabril e de serviços, novos postos de trabalho são preenchidos pelos imigrantes, como o gastarbeiters na Alemanha; o chicano nos EUA; o imigrante do Leste Europeu (poloneses, húngaros, romenos, albaneses etc.), na Europa Ocidental; o decasségui no Japão; o boliviano (dentre outros latino-americanos); e o africano, haitiano e boliviano no Brasil (ANTUNES, 2014, p.33, grifo nosso).

Assim, pode-se entender que essa tendência estrutural tende a utilizar à precarização do trabalho, aumentando o novo proletariado informal fabril e de serviços. Segundo Cêa e Murofusi (2010), o Estado Paraná tem a maior atratividade da força de trabalho principalmente no setor dos frigoríficos, um fato determinante para incorporação da força de trabalho haitiana na região, e destacam que o

[...] oeste do Paraná tem expressiva participação na colocação do estado na economia nacional. Dos 50 municípios da região oeste do Paraná, tomada aqui como referência geográfica, em 12 deles há cooperativas, frigoríficos e abatedouros de suínos, bovinos e aves, totalizando 35 empresas. Entre estas, o destaque é para a indústria processadora de carne de aves, com oito unidades de processamento que representaram, em 2003, 34,3% do faturamento em todo o Paraná, sendo a região com maior participação nos resultados econômicos do setor (CEA; MUROFUSI, 2010, p. 4).

Neste diálogo, os autores se referem à importância econômica do estado Paraná para o Brasil com várias empresas de grandes portes e indústrias e seu papel na atração da força de trabalho, tanto para os trabalhadores brasileiros na região, como a inserção dos trabalhadores haitianos.

Um exemplo de frigorífico onde trabalhou mais de duzentos trabalhadores haitianos é Averama Alimentos S/A, nome fantasia, conhecido também como Agroindustrial Parati, Ltda., razão social da empresa, uma empresa privada fundada

em 1992, especializando em produção de frangos. A empresa possui duas plantas industriais no estado Paraná, com capacidade para abater 300 mil aves/dia dentro e com previsão de ampliação, para elevar esse número a 500 mil. Segundo o deputado federal pelo Paraná, Osmar José Serraglio, num parecer jurídico enviado para o procurador geral da república em 26 de setembro de 2014, em esclarecimento sobre o frigorífico Averama:

Na cidade onde este parlamentar reside, Umuarama, Paraná, há um frigorífico da AVERAMA, uma das maiores empresas lá localizadas, com mais de mil funcionários. O grupo Averama abate mais de 300 mil aves por dia, exporta para 20 países e tem mais de dois mil funcionários, com dois frigoríficos, nas cidades de Umuarama, Rondon e Nova Olímpia. [...] por se tratar de grupo econômico de reputação estadual, foi convidado pelo Governo do Estado a socorrer frigorífico localizado em Capanema, Sudoeste do Paraná, em difícil situação financeira, o que de fato ocorreu, pondo-o em pleno funcionamento. [...] diante daquela experiência exitosa, estando outra empresa, a BR Frango, em Santo Inácio, no Norte do Paraná, também em situação falimentar, com as atividades paralisadas, empregados com salários atrasados e credores à porta e na Justiça, foi novamente a AVERAMA encarecida a socorrer essa outra empresa, não só pelo Governo do Estado, diante do interesse social, como também pelo Banco do Brasil, credor expressivo da firma (SERRAGLIO, 2014).

Além deste exemplo, nas regiões do Sul do Brasil, em Santa Catarina e Oeste do Paraná, teve muitas contratações de trabalhadores haitianos pela rejeição de alguns trabalhadores brasileiros por motivo de precarização laboral e adoecimento. De acordo em relatos de trabalhadores em frigorífico, apresentados por Neli (2006) assim:

[...] limite físico não é respeitado, a produção de aves e de trabalhadores lesionados cresce a uma velocidade absurda. [...] os problemas de saúde que os trabalhadores deste ramo industrial apresentam não se limitam àqueles que estão relacionados ao sofrimento do corpo, derivados do ritmo intenso de trabalho. Há, na realidade, uma interconexão das diversas condições em que o trabalho é executado, que podem resultar também em interferências de ordem mental (NELI, 2006, p. 79-80, grifo nosso).

Baseando nesta leitura, percebemos que o ritmo de trabalho nos frigoríficos é intenso e, na medida que aumenta a produção, aumenta também os relatos sobre problemas de saúde. Neste processo, o trabalhador fica numa posição fixa e a esteira leva a peça até ele para desempenhar sua tarefa e sua produtividade é cobrada através de metas, que visam o aumento da produtividade.

Nos frigoríficos, os operadores de máquinas devem ser trabalhadores multifuncionais, são novas práticas de gestão da força de trabalho com finalidade de extração ainda maior de mais-valia. Para a vaga como operador de máquinas nos

frigoríficos não é preciso falar bem o português justamente porque o trabalho será realizado com atividades corporais e não é relevante para empresa a questão de linguagem. O surgimento de novas funções e habilidades requeridas para a capacidade de trabalho ocorre num processo de desqualificação e precarização do trabalho. Assim, a reprodução do capitalismo contemporâneo exige que o trabalhador seja multifuncional e polivalente (SANTANA, 2013).

Taylor (2008) destacou sobre os “princípios de administração científica” que regulava e treinava o corpo do trabalhador para as atividades laborais, o tempo de descanso no sentido de aproveitar ao máximo a produção. Neste sentido, como as atividades exercidas dentro dos frigoríficos são cansativas e repetitivas na maior parte do tempo, por isso, existe uma forte gestão de tempo pelos supervisores que permite um melhor aproveitamento do trabalhador, bem como de suas energias. Assim, dentro dos frigoríficos os trabalhadores têm turmas rotativas de trabalho e descanso bem calculado pelos supervisores.

Fotografia 03 – Trabalhadores haitianos no setor da pendura de frangos nos frigoríficos.



Fonte: Reprodução /O Globo /Fernando Donasci ¹³

Assim, o trabalhador está submetido ao ritmo das máquinas, e sofre a

¹³ Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-e-africanos-sao-explorados-no-brasil/>> Acesso em: 07/06/2019.

pressão de cumprir a meta de produção. No caso, dentro dos frigoríficos ainda existe essa forma de gestão com o intuito de aproveitar o máximo à força de trabalho do trabalhador.

Segundo a pesquisa realizada por Bliska e Guilhot (2009) se coloca:

[...] produção brasileira de carnes foi estimada em 1998, 12,5 milhões de toneladas, sendo: a) 6,3 milhões de toneladas de carne bovina (50,00%); b) 4,6 milhões de toneladas de carne de aves (36,8%); e c) 1,6 milhão de toneladas de carne suína (12,8%). Essas estimativas mostram que, atualmente, o Brasil responde por cerca de 7,3% da produção mundial conjunta das carnes acima, ou especificamente: a) cerca de 12,9% do volume total produzido de carne bovina; b) 2,0% do volume total produzido de carne suína; e c) 11,6% do volume total produzido de carne de frango (BLISKA & GUILHOTO, 2009, p.1).

Tais dados indicam a importância do setor dos frigoríficos para a economia brasileira e o fato de terem aumentado nos últimos anos. Sabemos que na competição para incrementar a produtividade, os donos dessas empresas se valem muito do prolongamento e da intensificação da jornada de trabalho dos brasileiros e dos trabalhadores imigrantes no setor, este tema será tratado com mais detalhes no próximo capítulo.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Meio Ambiente (MAPA), em 2010, a produção brasileira de carnes foi estimada em 24,5 milhões de toneladas, isso significa que essa produção dobrou em 12 anos. O Brasil em 2013 era o segundo maior produtor mundial de carne bovina e tem o segundo maior rebanho de gado bovino do mundo com cerca de 165 milhões de cabeças (VOILÁ; TRICHES, 2013). Além disso, conforme as informações do Repórter Brasil, numa pesquisa sobre o alto crescimento das faturas dos frigoríficos brasileiros, destacamos:

[...] três empresas multinacionais controlam toda a produção da carne brasileira, a empresa JBS, a Marfrig Alimentos S.A. e o Brasil Foods. Assim, eles fazem uma estimativa e que cada dez dólares que os frigoríficos brasileiros faturam com a exportação de carnes para outros países, no mínimo oito dólares vão para essas três empresas. Além disso, até 2020, o governo brasileiro tem a espera que a metade do comércio mundial de carnes seja dominada por elas (REPÓRTER BRASIL, 2012).

Partindo de tais informações, podemos analisar que teve um crescimento do setor da produção de carnes entre os anos 2010 e 2015, e para cumprir as metas na cadeia de produção internacional no sistema capitalista, os trabalhadores brasileiros e imigrantes têm o seu papel fundamental para reprodução do ciclo do

capital.

Em matéria na página de Jornal Campo Grande News, no ano de 2014, trabalhadores

[...] haitianos contratados para as obras de pavimentação da BR-163, no trecho entre Bandeirantes e São Gabriel do Oeste, denunciaram que estavam sofrendo exploração e trabalhando em condições precárias em audiência ao MPT (Ministério Público do Trabalho). A denúncia foi feita por oito dos 10 estrangeiros, as vítimas relatadas na tarde desta terça-feira (8) na sede do órgão (CampoGrandeNews, 08/10/2014).

Podemos apresentar outros relatos sobre exploração de trabalho e violação de normas trabalhistas contra trabalhadores haitianos dentro do processo de produção do sistema. Numa notícia cadastrada por Mariana Sanchez, no dia 17/08/2014 no Portal G1¹⁴, a violação das normas do trabalho num frigorífico em Cascavel (PR) que tinha mais de trezentos trabalhadores haitianos. Segundo ela, os trabalhadores haitianos fazem vários movimentos em pouco tempo para desossar frangos e pendurar galinhas, por um salário de quase mil reais, com uma jornada de trabalho de quase nove horas sob um frio de nove graus, uma temperatura abaixo do limite estabelecido pelo Ministério do Trabalho, que é de doze graus.

Segundo a mesma matéria, há vários relatos de trabalhadores haitianos sobre as promessas não cumpridas de salários e alojamentos. Um trabalhador haitiano relatou a sua experiência num frigorífico “Ali aguentei só quarenta e cinco dias, fazia horas extras, mas nunca recebi por elas”. Ele contou que perdeu dez quilos em cerca de dois meses. Alguns colegas de trabalho ficaram doentes, portanto, o gerente do frigorífico aceitava atestado medical e descontava o dia não trabalhado. Por isso, alguns trabalhadores haitianos preferem cair no chão no meio da fábrica a ir ao hospital para não ser descontado no salário.

Neli (2006) enfatiza como o trabalhador está exposto tendo que trabalhar executando movimentos repetitivos em um ritmo de trabalho extenuante imposto pela máquina. Muitas vezes esse trabalhador está exposto a temperaturas elevadas ou baixas, podemos ainda citar outros exemplos sobre as condições laborais precárias nos frigoríficos brasileiros, segundo o Repórter Brasil,

¹⁴Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/imigrantes-haitianos-africanos-sao-explorados-em-carvoarias-frigorificos-13633084> Acesso em: 10 sep. 2018.

O grupo JBS, dono da marca Friboi, foi condenado a pagar R\$ 9 milhões de indenizações por dano moral coletivo por violar direitos trabalhistas, normas de segurança e expor à contaminação os empregados do frigorífico na unidade de Juruena, a 740 quilômetros de Cuiabá. Em dezembro de 2012, o Ministério Público do Trabalho (MPT) concedeu liminar e suspendeu o funcionamento da caldeira da unidade por apresentar uma série de problemas que colocavam em risco trabalhadores de todo o complexo industrial. Entre as irregularidades estavam a iluminação e a saída de emergência inadequadas, técnicos sem capacitação e vazamento de gás amônia, utilizado na refrigeração. Desde então, a empresa optou por fechar a unidade por tempo indeterminado. Os trabalhadores estavam expostos a insetos de um lixão vizinho à empresa e ao vazamento do gás amônia. Almoçavam em local sem a mínima higiene, trabalhavam em jornadas superiores a 10 horas diárias e não possuíam equipamentos de proteção individual (EPIs) suficientes. Além disso, não havia higiene no refeitório. A JBS chegou a servir alimentos aos trabalhadores com larvas de moscas e insetos. A empresa só concedia cesta básica e o prêmio por produtividade aos trabalhadores que não apresentassem faltas, ainda que justificadas e com atestado médico (REPÓRTER BRASIL, 2012).

De acordo a matéria fica evidente que a situação laboral dos haitianos nos frigoríficos do Paraná não é distinta desses casos dos trabalhadores brasileiros colocados pelo Repórter Brasil sobre JBS. Além disso, outro aspecto relevante a considerar é que existe risco de pressões globais sobre os preços dos produtos na cadeia de abastecimento mundial, bem como os prazos de entrega e a concorrência intensa entre os fornecedores do setor. Isso muitas vezes pode ter por consequência o exercício de pressão para reduzir o salário do trabalhador, bem como a precarização de suas condições laborais.

Desta maneira, para refletir sobre a superexploração em que está submetida os trabalhadores haitianos nos frigoríficos estudados nesta pesquisa, é importante destacar algumas ideias relativas ao valor da força de trabalho. Toma-se aqui a análise do valor da força de trabalho e como este é calculado, a partir de Marx (2013) onde se coloca que a força de trabalho é entendida como uma mercadoria peculiar, e, da mesma forma que todas as mercadorias, ela também possui um valor. O valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, entendendo que a produção da força de trabalho consiste na sua manutenção e reprodução. Além disso, o valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção. Portanto, diferentemente das outras mercadorias, o valor da força de trabalho tem um elemento histórico e moral que lhe diferencia, justamente por que “as necessidades naturais dos seres

humanos como alimentação e vestimenta são necessidades imediatas e produtos históricos que podem variar em função das condições específicas de cada país e de cada período” (MARX, 2013 p.181).

Assim Marx enfatiza que, para assegurar a produção e reprodução do trabalhador é preciso oferecer os meios de subsistência necessários ao trabalhador e sua prole. Por isso, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo necessário à produção desses meios de subsistência.

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, 2013 p.182, grifo nosso).

Marx continua em dizer:

O valor da força de trabalho é reduzido ao valor de uma dada soma de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, ou seja, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho necessário para sua produção. Se a massa de bens necessária diariamente para a produção da força de trabalho fosse = A, por uma semana = B e por um quarto = C, etc. Teríamos que a média diária dessas mercadorias seria = $365A + 52B + 4C + \text{etc.} / 365$. Vamos supor que 6 horas de trabalho social estejam contidas nessa massa de bens essenciais para cobrir as necessidades diárias médias; De acordo com isso, a força de trabalho de um dia virá a representar meio dia de trabalho social médio; ou, em outras palavras, a produção diária da força de trabalho exigirá meio dia de trabalho. Essa quantidade de trabalho necessária para sua produção diária constitui o valor de um dia de força de trabalho, ou seja, o valor da força de trabalho diária reproduzida (Marx, 2013, p. 246).

A partir dessas duas colocações, Marx parte do pressuposto de que a força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor, o qual, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para se reproduzir, contrário ao que acontece na América Latina onde a força de trabalho do trabalhador é paga abaixo do seu valor.

Além disso, para Marx (2013) se o preço da força de trabalho não incluir um valor médio mínimo, significa que esse preço está abaixo de seu valor. Assim ele indica que,

Diariamente uma parte dos meios de subsistência é consumida pelo trabalhador, por exemplo, comida, combustíveis, etc., e é necessário renová-los diariamente. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis, etc. Eles são consumidos em períodos mais longos e, portanto, só precisam ser substituídos em períodos mais longos. Bens de um tipo devem ser comprados ou pagos diariamente, outros semanalmente, ou a cada trimestre, etc. Mas seja qual for a maneira pela qual a soma dessas despesas é distribuída, por exemplo, ao longo de um ano, é necessário cobri-lo dia a dia com a renda média. (Marx, 2013, p. 246-7).

Depois da análise das condições de precárias de trabalho dos haitianos nos frigoríficos da região oeste do Paraná nos parágrafos anteriores, podemos ver o total desgastes desses trabalhadores que, além de receber um salário mínimo entre um valor de R\$ 900,00 até R\$ 1000,00, de pagar as suas contas (casa, comida, luz etc..) No Brasil, ele precisa enviar dinheiro para a sua família no Haiti e, no caso, muitas vezes ele nem consegue ter as condições mínimas para renovar os seus meios de subsistências como trabalhador. Então, isso leva a um desgaste total do trabalhador, que resulta em acidentes no local de trabalho e afastamento por problema de saúde como foi mencionado anteriormente.

Assim, retomando as análises do Marini (1973), a superexploração do trabalho no capitalismo dependente se dá a través desses três mecanismos: 1) o prolongamento da jornada do trabalhador o que representa o aumento da exploração da mais-valia absoluta na sua forma clássica. 2) a intensificação do trabalho, ou seja, aumenta a quantidade de trabalho e o dispêndio de força de trabalho no mesmo tempo com o objetivo de produzir mais mercadorias e mais valor. 3) a redução do consumo dos trabalhadores para além de seu limite normal.

Nos três mecanismos, a característica principal está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Nos dos dois primeiros casos, ele é forçado a se desgastar e trabalhar mais do que deveria normalmente, no terceiro, o trabalhador depois de todo seu desgaste físico, ele não tem a possibilidade de consumir o mínimo do necessário, ou seja, seu meio de subsistência para manter sua força de trabalho em um estado normal. Portanto, torna-se complicado para o trabalhador compensar o desgaste acentuado que teve, tornando-se, portanto, mais propenso ao esgotamento prematuro (Marini, 1973, p.149-150).

Ao prolongar e intensificar a jornada de trabalho, os capitalistas

conseguem elevar a massa de valor produzida., de acordo com Marx, a massa de valor e mais-valor que um capitalista individual produz depende exclusivamente da massa de trabalho que ele põe em movimento. Que por sua vez, depende dos pressupostos, da massa da força de trabalho, como também do número de trabalhadores que ele explora (MARX, 2013). Além disso, a combinação desses três mecanismos “configura um modo de produção capitalista fundado, mas que na capacidade produtiva, na maior exploração, isso quis dizer, na superexploração do trabalho” (GARCIA; VALENCIA, 1980, p.18). Ainda dentro da análise das condições de trabalho dos trabalhadores haitianos no Brasil, existem vários registros de denúncia por parte de alguns trabalhadores migrantes contra algumas empresas, por falta de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), trabalho escravo, não pagamento de horas extras, entre outras. São casos frequentes que podem ser consultados a través do Ministério de Justiça em São Paulo, ou nos relatos sobre trabalho escravo do Ministério de Justiça. No caso, não é identificado irregularidades no trabalho, mas de situações em que o trabalhador tem de trabalhar e viver. Temos como exemplo, a situação de moradia precária e na ausência de instalações sanitárias, e outros elementos que ferem a dignidade do trabalhador (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2010; 2012).

Além disso, conforme Marini (2000), “a superexploração da força de trabalho é uma maior exploração da força física do trabalhador em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade” (MARINI, 2000, p.159) isso tende a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor. E antes mesmo de terminar esse capítulo, é importante lembrar que o conceito de superexploração do trabalho “não exclui a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, mas pelo contrário, os integra o grão de suas consequências tanto ao aumentar o grau de exploração como aumentar a força de trabalho por abaixo de seu valor” (GARCIA; VALENCIA, 1980, p.19).

Partindo destas análises, podemos entender melhor sobre as condições laborais em que se encontram os trabalhadores haitianos nos frigoríficos analisados, além disso, foi possível analisar como calcular o valor da força de trabalho do trabalhador, bem como os fundamentos da superexploração e o pagamento abaixo do seu valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho de conclusão de curso analisamos o processo da chegada dos haitianos no Brasil a partir do ano de 2011, bem como o trâmite da realização de documentação que é essencial para a inserção no mercado laboral brasileiro. Entende-se que os aspectos humanitários, vistos humanitários, que caracterizam os trabalhadores haitianos no país os tratam como imigrantes econômicos e não como refugiados, como no caso dos libaneses, sírios, africanos, entre outros. Além disso, entendemos também as dificuldades que eles enfrentam ao chegar no Brasil, as barreiras de comunicação e para conseguir emprego digno. No contexto das agências de mediações, como intermediário neste processo de contratação dos trabalhadores imigrantes, em especial os trabalhadores haitianos em São Paulo, as agências têm esse papel de mediação entre os que estão buscando trabalho e as empresas parceiras que os procuram para trabalhar. Assim, é importante remarcar que o cadastro é utilizado pelo centro também como uma forma de triagem para saber quem é mais capacitado profissionalmente, qual perfil pode ser contratado para uma vaga, quem tem mais necessidades para esse trabalho. Desta maneira, o centro de apoio estudado ao longo da pesquisa teve um papel importante na inserção dos trabalhadores haitianos em vários setores laborais, mas especificamente nos frigoríficos analisados no oeste do Paraná.

Além disso, foi possível entender que não é por acaso, nesses últimos anos o trabalhador imigrante é solicitado pelas grandes empresas globais não somente no Brasil, mas em outros países na América Latina, temos, por exemplo, as maquilas (montadoras multinacionais) no México e no Chile que empregam em grande maioria trabalhadores imigrantes. Assim, podemos entender a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico social e políticas que está se evoluindo e convertendo num sistema global dividido entre economias centrais e hegemônicas que domina o sistema. Neste contexto, é importante colocar também que o mundo do trabalho na era global vem sofrendo várias transformações com o processo da globalização e migração, nesta nova era, a exploração de trabalho pelo capital materializada nas diversas formas de precarização das relações de trabalho.

Neste contexto, uma vez que esses trabalhadores haitianos estejam no Brasil à busca de trabalho, um dos motivos pelos quais a maioria deixou o seu país de origem, se incorporaram principalmente ao setor industrial dos frigoríficos onde se conectaram ao mercado mundial produzindo alimentos para a Europa, Ásia e o Oriente Médio. Desta maneira, os mesmos se inserem nesta cadeia global de produção como toda classe trabalhadora na economia dependente, portanto, é importante frisar que os trabalhadores haitianos estudados de acordo com a nossa pesquisa têm uma especificidade própria, não somente por ser imigrante e trabalham em situação precária, mais também ao contrário que muitos pensam, as condições de trabalho nos frigoríficos brasileiros registram cada vez mais situação de doença crônica pela precarização do trabalho, afastamento medical e até caso de morte. Assim, os trabalhadores haitianos são ainda mais prejudicados neste contexto, além da necessidade de se manter no Brasil, alguns precisam enviar remessas para a família no Haiti, isso significa com um salário mínimo o trabalhador haitiano nesses frigoríficos não tem nem a condição mínima de subsistência para sua reprodução.

Para finalizar, como vimos no caso dos trabalhadores haitianos nos frigoríficos no Oeste do Paraná, o prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho do trabalhador tem por resultado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, e isso provoca seu esgotamento prematuro justamente por que o mesmo não tem a possibilidade de consumir o necessário para garantir a reprodução da sua força de trabalho. Assim, a superexploração corresponde a um tipo de acumulação que recorre de maneira estrutural à violação do valor da força de trabalho, algo considerado central ao processo de reprodução do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALMEIDA, P. **Migração haitiana ao Brasil**. Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Conselho Nacional de Imigração, 2010.

ANTUNES, R. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. *Serv. Social Soc.*, Rio de Janeiro, v. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.

ANTUNES, R. **Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações**. In: MERLO, A. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. (Org.). **Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

AVERAMA ALIMENTOS. **Nome fantasia e razão social**. Empresasdobrasil.com, 2015. Disponível em: <<https://empresasdobrasil.com/empresa/averama-alimentos-01827177000390>>.

BAENINGER, R. **Migração internacional**: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R. e tal. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial. p. 13-43. 2016.

BAENINGER, R.; PERES, R. **Migração de crise**. *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 6. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1979 [1974].

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BAMBIRRA, V. **Teoria de la dependência: una anticrítica**. México, D.F.: Era, 1978.

BAZZO, G. **Maioria dos pedidos de refúgio negados pelo Brasil é motivada por razões económicas**. G1, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/maioria-dos-pedidos-de-refugio-negados-pelo-brasil-e-motivada-por-razoes-economicas.ghtml>> Acesso em 05 de jan. 2019.

BLANPAIN, R. **Protecting labour rights in a multi-polar supply chain and mobile global**

economy, Bulletin for Comparative Labour Relations n.º 89, p. 189. 2015

BLISKA, F; GUILHOTO, J. **O mercado internacional de carnes e a economia brasileira**. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2009.

BRASIL, é maior exportador de carne bovina do mundo. **G1**, Rio de Janeiro, p.1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/brasil-e-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo.ghtml>> Acesso em: 05 de dez. 2018.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Emenda Constitucional nº 119/2011. 2011.

Caderno de Projeções do Agronegócio 2010/11-2020/2021.

CARDOSO, F; FALLETO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016

CÊA, G; MOROFUSI, N. **Processo de trabalho em frigoríficos e as possibilidades de constituição de novas sociabilidades na luta coletiva pela saúde do trabalhador**. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: RET, 2010.

CERQUEIRA, S. **A relação justrabalhista dos imigrantes**: análise necessária a partir da perspectiva dos Direitos Humanos. Monografia apresentada a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte. 2009.

COSTA, G. **Haitianos no Brasil**. In: CUTTI, D. et al. (Org.). Migração, trabalho e cidadania. São Paulo: Educ, p. 59-87. 2015.

COSTA, G.. **Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014**: presença da Pastoral do Migrante. São Paulo: CEM (Cadernos de Migração) n. 8. ,

2016

DE ALMEIDA, C. **Haitianos e sua relação com o trabalho e o consumo de mídia.** 2016. IX Simpósio Nacional ABCIber-PUC São Paulo-8,9,10 dezembro 2016.

DOS SANTOS, T. **Dependencia y cambio social.** Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio Económicos (CESO), Universidad de Chile. Cuadernos de estudios socio económicos n. 11. 1970

DOS SANTOS, T. **Dependencia y cambio social.** Santiago, Chile: CESO, 1973.

FERNANDES, D. et. al. **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral.** Belo Horizonte, MG. (Projeto de Estudo. Ministério do Trabalho e Emprego/Internacional Organization Migration – OIM/PUC Minas/Grupo de Estudos de Distribuição Espacial da População), 2014.

FERNANDES, D.; FARIA, A. **A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil.** In: BAENINGER, R. et al. (Org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, p. 95-111. 2016.

FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. **Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório.** Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 6, p. 73–97. 2012. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content\view=article\id=214:do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxomigratorio\catid=89\Itemid=1210>

FERRAZ, D; DE OLIVEIRA, F. **O mercado de trabalho formal dos haitianos no Brasil e em Santa Bárbara D'Oeste.** Diálogos entre economias, sustentabilidade e visão sistêmica. Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/311768116_O_mercado_de_trabalho_formal_dos_haitianos_no_Brasil_e_em_Santa_Barbara_D'Oeste> Acesso em: 02 Jan 2019.

FINKLER, A; CÊA, GEORGIA, S. **Atuação dos trabalhadores em frigoríficos da região Oeste do Paraná: as qualidades requeridas.** Estudos do Trabalho, Revista da RET (Rede de Estudos do Trabalho) n.5. 2009. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>

GARCIA, A.; VALENCIA, S. **El proceso de trabajo y las formas de prolongación de la jornada laboral**. (Estudio de caso), Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.

GEFFRARD, M. **Imigrantes haitianos e africanos são explorados em carvoarias e frigoríficos**. O Globo, Rio de Janeiro, 17 ago. 2014. Entrevista concedida a Mariana Sanches. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/imigrantes-haitianos-AFRICANOS-SAO-EXPLORADOS-EM-CARVOARIAS-FRIGORIFICOS-13633084>>

GORDON, J. Global labour recruitment in a supply chain context, Fundamentals Documentos, Genebra, OIT, 2015.

GUANAIS, J. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2016.

GUANAIS, J.: **“Salario por pieza y superexplotación del trabajo”**. Sociología del Trabajo, nº92, 67-85, 2018.

HAITIAN Diáspora. 2016. Disponível em: <<http://haitiandiaspora.com>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Haitianos são selecionados em São Paulo para trabalhar no Paraná. O CAT (Centro de Apoio ao Trabalho). Página de Notícia R7, Agosto de 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/empregos/haitianos-sao-selecionados-em-sao-paulo-para-trabalhar-no-parana-24102014>> Acesso em: jan. 2018

HANDERSON, J. **Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015, 429f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/arabes/origem-e-destino-dos-imigrantes>>.

James, C. L., **Les jacobins noirs**, Toussaint Louverture et la révolution de Saint-Domingue, 1ère ed. 1938, réed Paris, 2008.

LAKATOS, E; MARCONI, M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LALANDE, A. - **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOPEZ, N. B. **De la Perle des Antilles au temps de la première colonisation au pays le plus pauvre du continent américain**: de l'esclavage au sous-développement, une construction de la domination, 2018.

LINKEDIN. **Acompanhe as novidades na Averama Alimentos S/A**, 2014.

MAGALHÃES, L. **A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM SANTA CATARINA**: Perfil Sociodemográfico do Fluxo, Contradições da Inserção Laboral e Dependência de Remessas no Haiti. Tese de doutorado, Campinas, São Paulo, p. 161 e 171. 2017

MAMED, L. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. Novos Cadernos NAEA. v. 18, n.1 p. 33-64. Jan. 2015

MAMED, L.; LIMA, E. O. de. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial. p.113-171. 2016

MARINI, R. Dialéctica de la dependencia [1972]. In: MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependencia y globalización. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007. Antología organizada por Carlos Eduardo Martins.

MARINI, R. **Dialectica de la dependencia**. México: Era, 1973.

MARINI, R. **Dialética da Dependência**. In: SADER, Emir S. (Org.). Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 105-165.

MARTINS, J. (Coord.). **A diáspora haitiana: da utopia à realidade**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2014a.

MARTINS, J. **A diáspora haitiana alcança o Brasil**. Carta Maior, São Paulo, 08 maio 2014b.

Marx, K. **O Capital. Livro I**, São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: para a crítica da economia política**. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

MOLINA, E. **O trabalho no contexto do “novo capitalismo” globalizado**. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

NELI, M. **Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola**. Dissertação (Mestrado), curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas, área de concentração: Saúde na Comunidade, Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2006.

NEVES, D. **Para pensar outra agricultura** - O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. Universidade Federal do Paraná, 1998.

OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos. Migratorios Nº 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **A OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna**. Brasília, OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**. Brasília, OIT, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Sobre Justiça Social para uma Globalização Justa**, 2008, primeiro parágrafo do preâmbulo.

ORGANIZATION INTERNATIONAL DU TRAVAIL: **Non-standard forms of employment**, op. cit., p. 30.

PLATONOW, V. **Com ideal de recomeço, haitianos querem ficar no Brasil**.

Agência Brasil, Chapecó, 12 jan. 2015.

POLICIA FEDERAL DO BRASIL, Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm> Acesso em 06 nov. 2018

PRADO, E; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

RAYMUNDO, L. Construção da Política Pública estadual de promoção e defesa dos direitos de migrantes e refugiados no estado do Paraná - 2012-2015. Caderno IPARDES. Curitiba, v.5, n.1, p. 17-33, jan./jun. 2015.

REPÓRTER BRASIL, 2012. Moendo gente: **a situação do trabalho nos frigoríficos**. Caderno Temático. Publicação do programa “Escravo, nem pensar!”. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/www.escravonempensar.org.br

SANTANA, P. Maques de. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. 1ª. ed. Brasília: IPEA: ABET, 2013.

SERRAGLIO, J. ASJCRIM/SAJ/PGR Nº 390/2014 Disponível em: <<https://download.uol.com.br/blogosfera/josiasdesouza/ministro-serraglio-presta-explicacoes-a-pgr.pdf>>

SILVA, S. **Fronteira amazônica**: passagem obrigatória para os haitianos. REMHU, ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.

SILVA, S. **Imigração e redes de acolhimento**: o caso dos haitianos no Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. v. 34, p. 99-117, 2017.

TAYLOR, Frederick. “Princípios de administração científica” 8. ed. rev. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2008.

VALENTE, Heloísa, Mercado de trabalho brasileiro e a mão de obra haitiana. Disponível em: <http://www.vagas.com.br/profissoes/acontece/no-mercado/mercado-de-trabalho-brasileiro-e-a-maode-obra-haitiana/>. Acesso em 30 de dec. 2018.

VOILÁ, M; TRICHES, D. A cadeia de carne de frango: uma análise dos mercados

brasileiro e mundial de 2002 a 2010. Publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. n. 44. Jan. 2013.

WALLERSTEIN, I. World-systems analysis: An introduction. [S.I.]: Duke University Press. p. 22–26. 2004

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo de trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. et al. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

World Employment and Social Outlook 2015: The Changing Nature of Jobs.
Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm